

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS



2025

✉ Praça José Guilherme

@ www.cm-paredes.pt | ☎ 255 788 800

ÍNDICE

CONSIDERAÇÕES	1
1. RECURSOS HUMANOS	2
2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO	5
3. ORÇAMENTO	14
4. ANÁLISE DA DÍVIDA	39
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	54
6. DA CONTABILIDADE DE GESTÃO	62
7. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	69
8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO	70
NOTA FINAL	71
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	72
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	138
OUTROS ANEXOS	545

CONSIDERAÇÕES

O presente relatório foi elaborado em harmonia com o estipulado no Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, na sua redação atual.

É missão essencial do Relatório de Gestão a prestação de contas que, à semelhança das demonstrações financeiras, disponibiliza informação de carácter económico, financeiro e também social.

Num contexto de incerteza relacionada com as situações beligerantes entre a Federação Russa e a Ucrânia, e entre Israel e o Hamas na faixa de Gaza, o Município continuou o seu trabalho de desenvolvimento do território, continuando a dar prioridade às candidaturas a Fundos Comunitários, e prosseguindo com as suas competências e atribuições nas mais diversas áreas, nomeadamente na Educação, Proteção Civil, Desporto, Cultura, Património, Ação Social, Transportes e Comunicações, entre outras.

Após a materialização das transferências de competências em 2022, nas áreas da educação, da saúde e da ação social, com a transferência de um número de funcionários significativo, com forte impacto nos gastos com pessoal e na aquisição de bens e serviços relacionados com estas transferências, 2025 caracterizou-se, à semelhança do que aconteceu em 2024 e 2023, pela consolidação dessa mesma transferência com reflexo nas demonstrações financeiras municipais.

No que concerne à estrutura administrativa, o Município passou a dispor, desde 2023, de serviços municipalizados – SMAS de Paredes, como resultado do resgate da concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paredes, levado a cabo em 2022. Estes serviços municipalizados são essenciais para a prestação deste serviço público de qualidade e a preços devidamente controlados que permitam os investimentos necessários à salvaguarda de uma rede moderna e sustentável para o abastecimento de água e o tratamento de águas residuais. O ano de 2025 é o segundo ano completo de atividade nos SMAS de Paredes, e o primeiro ano com contas comparáveis num período homólogo completo, situação que virá refletida nas demonstrações financeiras consolidadas a apresentar pelo Município de Paredes.

1 - RECURSOS HUMANOS

Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios de gestão dos anos anteriores, o Município prosseguiu uma gestão dentro dos princípios de equilíbrio, no estrito cumprimento da legislação em vigor, e com o rigor que se exige.

1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL

No quadro seguinte podemos verificar a distribuição dos efetivos por grupos profissionais (em número):

Categoria	2024	2025	Varição
Dirigente	25	30	5
Técnico Superior	104	123	19
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	217	214	-3
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	647	653	6
Carreira de Informática	4	4	0
Polícia Municipal	17	19	2
Outros	55	32	-23
Total	1069	1075	6

As categorias que contêm mais efetivos são as correspondentes aos Assistentes Operacionais, incluindo Encarregados, sendo de evidenciar que, num mapa de pessoal com 1.075 efetivos, o Município de Paredes possui, atualmente, um total de 30 dirigentes.

O aumento do quadro de pessoal está essencialmente relacionado com a continuidade das novas atividades associadas à aplicação da Lei-Quadro de Transferência de Competências para as áreas da educação, saúde e ação social, que se materializaram no exercício passado de 2022.

1.2 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL/SEXO/GRUPO PROFISSIONAL

No quadro seguinte podemos verificar a distribuição do pessoal por género e grupo profissional, podendo-se dali verificar que a preponderância de trabalhadores se inscreve no grupo profissional operacional, mercê das atribuições e competências municipais onde é exigido um menor grau de aptidões académicas ou escolares.

Categoria	2024		2025	
	Género		Género	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Dirigente	18	7	22	8
Técnico Superior	72	32	88	35
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	174	43	171	43
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	420	227	447	206
Carreira de Informática	2	2	2	2
Polícia Municipal	0	17	0	19
Outros	32	23	16	16
Total	718	351	746	329

Conforme se pode verificar distribuição entre género feminino e masculino não se alterou de forma significativa entre os períodos de 2024 e 2025, representando o género feminino cerca de 69% do total dos trabalhadores do município de Paredes (em 2024 ascendia a 67%).

1.3 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR NÍVEL HABILITACIONAL

Nível Habilitacional	2024		2025	
	Género		Género	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Doutoramento	0	0	0	0
Mestrado	16	9	21	10
Licenciatura	105	34	122	49
Bacharelato	9	3	9	0
12º ano de escolaridade	352	115	350	97
11º ano de escolaridade	23	14	7	7
9º ano de escolaridade	176	67	208	69
6º ano de escolaridade	11	38	13	34
4º ano de escolaridade	26	71	16	63
Total	718	351	746	329

Pela análise do quadro anterior verifica-se que em 2025, 864 trabalhadores enquadram-se nos níveis de escolaridade até ao 12º ano, representando 80,4% da totalidade dos mesmos. Os trabalhadores com níveis de escolaridade até ao 9.º ano representam, em 2025, 37,5% do total de trabalhadores municipais. Esta distribuição não se alterou de forma significativa entre os períodos de 2024 e 2025.

1.4 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL POR ESCALÃO ETÁRIO

Idades	2024			2025		
	Sexo		TOTAL	Sexo		TOTAL
	Feminino	Masculino		Feminino	Masculino	
18 a 24	11	7	18	5	2	7
25 a 29	22	11	33	21	11	32
30 a 34	47	13	60	37	13	50
35 a 39	49	27	76	53	19	72
40 a 44	107	35	142	99	34	133
45 a 49	111	54	165	124	56	180
50 a 54	121	60	181	127	58	185
55 a 59	109	67	176	124	66	190
60 a 64	100	59	159	103	61	164
65 a 69	40	18	58	48	9	57
70 ou mais	1	0	1	5	0	5
TOTAL			1069			1075

Podemos constatar que em 2025, cerca de 55,9% dos trabalhadores do Município estão situados no escalão etário igual ou acima dos 50 anos de idade. Esta percentagem agudizou-se face ao ano anterior, em que 53,8% dos trabalhadores estavam neste escalão etário. Mantêm-se os desafios relevantes ao nível da renovação do pessoal, tendo em consideração que existem 226 funcionários com idade igual ou superior a 60 anos, i.e. numa idade próxima da reforma (no ano anterior, este número ascendia a 218).

2 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As grandes opções do Plano (GOP) encontram-se refletidas em dois documentos relevantes, que permitem uma análise a toda a despesa realizada numa ótica funcional: i) o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), onde se encontram os investimentos realizados e relacionados com as aquisições de bens de capital, e ii) o Plano de Atividades Municipais (PAM), onde se encontram plasmadas as despesas correntes e as despesas de capital não incluídas no PPI. Em termos globais, a execução pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

GRANDES OPÇÕES DO PLANO				
Classificação Funcional	EXECUTADO			Peso
	PPI	PAM	GOP's	
	[1]	[2]	[3]=[1]+[2]	%
FUNÇÕES GERAIS	1 520 326	521 555	2 041 881	6%
Serviços gerais de administração pública	1 515 406		1 515 406	5%
Administração geral	1 515 406		1 515 406	5%
Segurança e ordem públicas	4 920	521 555	526 475	2%
Proteção civil e luta contra incêndios	4 920	521 555	526 475	2%
FUNÇÕES SOCIAIS	15 496 801	3 107 491	18 604 292	58%
Educação	1 688 963		1 688 963	5%
Ensino não superior	1 688 963		1 688 963	5%
Educação Pré-escolar	10 383		10 383	0%
Ensino Básico	1 477 101		1 477 101	5%
Ensino Básico 1º Ciclo	48 734		48 734	0%
Ensino Básico 2º e 3º Ciclo	1 428 367		1 428 367	4%
Ensino Pré-Escolar/ Ensino Básico	201 479		201 479	1%
Saúde	869 109		869 109	3%
Serviços individuais de saúde	869 109		869 109	3%
Segurança e ação sociais	4 274 117	1 706 606	5 980 723	19%
Ação social	4 274 117	1 706 606	5 980 723	19%
Habituação e serviços coletivos	5 252 573	0	5 252 573	17%
Ordenamento do território	2 806 115		2 806 115	9%
Saneamento	261 664		261 664	1%
Abastecimento de Água	0		0	0%
Resíduos sólidos	241 686		241 686	1%
Proteção do meio ambiente e Conservação da natureza	1 943 108		1 943 108	6%
Cemitérios	472 990		472 990	1%
Espaços Verdes e Qualificação Urbana	1 470 117		1 470 117	5%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	3 412 038	1 400 885	4 812 923	15%
Cultura	3 116 157	50 258	3 166 415	10%
Desporto, recreio e lazer	295 881	75 189	371 070	1%
Outras atividades cívicas e religiosas	0	1 275 438	1 275 438	4%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 588 626		2 588 626	8%
Indústria e energia	116 743		116 743	0%
Transportes e comunicações	2 447 942		2 447 942	8%
Comércio e turismo	23 941		23 941	0%
OUTRAS FUNÇÕES	276 099	8 312 973	8 589 072	27%
Transferências entre administrações	0	7 404 678	7 404 678	23%
Diversas não especificadas	276 099	908 295	1 184 394	4%
Total	19 881 852	11 942 019	31 823 871	100%

2.1 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução do PPI no período, face ao período anterior foi a seguinte (valores em euros):

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS						
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2025		2024		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Valor	%
Funções gerais	1 520 326	8%	5 499 843	36%	-3 979 517	-72%
Serviços gerais de administração pública	1 515 406	8%	5 499 843	36%	-3 984 437	-72%
Segurança e ordem públicas	4 920	0%			4 920	
Funções sociais	15 496 801	78%	8 209 325	53%	7 287 476	89%
Educação	1 688 963	8%	302 909	2%	1 386 054	458%
Saúde	869 109	4%			869 109	
Segurança e ação sociais	4 274 117	21%	2 828 781	18%	1 445 336	51%
Habituação e serviços coletivos	5 252 573	26%	3 744 001	24%	1 508 572	40%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	3 412 038	17%	1 333 634	9%	2 078 404	156%
Funções económicas	2 588 626	13%	1 640 591	11%	948 035	58%
Indústria e energia	116 743	1%	205 542	1%	-88 799	-43%
Transportes e comunicações	2 447 942	12%	1 418 296	9%	1 029 646	73%
Comércio	23 941	0%	16 753	0%	7 188	43%
Outras funções	276 099	1%	76 670	0%	199 429	260%
TOTAL	19 881 852	100%	15 426 428	100%	4 455 423	29%

Conforme se pode constatar, a execução do PPI face ao período homólogo anterior registou um aumento que ascende (+) 4.455.423 €, o que equivale a (+) 29% face ao valor executado em 2024.

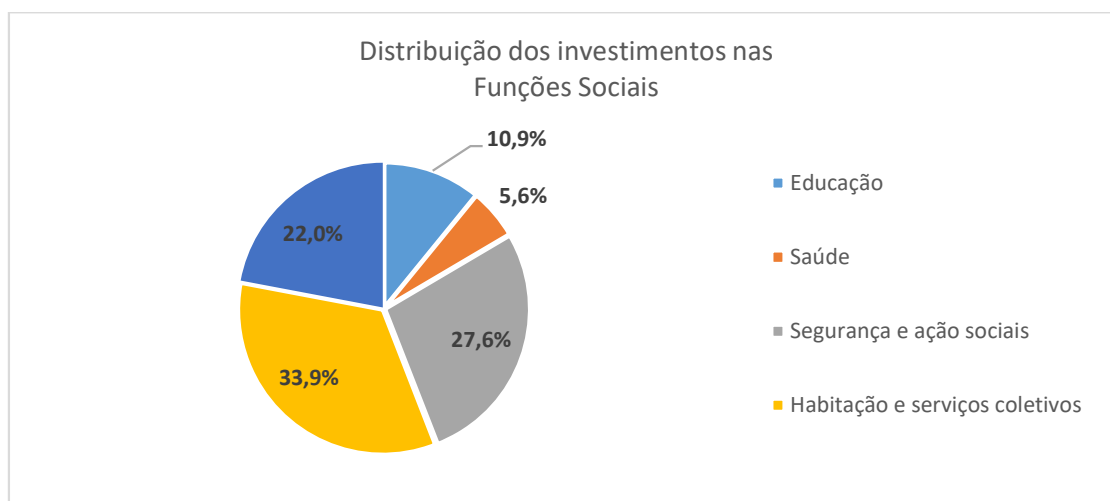
A execução do PPI nas funções gerais ascendeu a 1.520.326 €, (-) 72% face ao período homólogo anterior, nas funções sociais ascendeu a 15.496.801 €, (+) 89% que no ano anterior, nas funções económicas ascendeu a 2.588.626 €, (+) 58% face a 2024, e nas outras funções, a execução traduziu-se em 276.099 €, (+) 260% face ao ano anterior.

Na rubrica de serviços gerais de administração pública, o detalhe do investimento efetuado em 2025 pode ser apresentado da seguinte forma:

Serviços gerais de administração pública	Euros	Peso
CONSTRUÇÃO AUDITÓRIO E CENTRO DE CONGRESSOS NAS ANTIGAS INSTALAÇÕES ADEGA COOPERATIVA DE PAREDES	361 264	23,8%
EQUIPAMENTO BÁSICO	330 938	21,8%
MATERIAL DE TRANSPORTE	289 426	19,1%
REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES	238 291	15,7%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	105 540	7,0%
SOFTWARE INFORMÁTICO	66 831	4,4%
ESTUDOS E PROJETOS	54 889	3,6%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	36 918	2,4%
MANUTENÇÃO/BENEFICIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	14 981	1,0%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	13 678	0,9%
ARTIGOS OBJETO DE VALOR	2 650	0,2%
Total	1 515 406	100,0%

Na área da segurança e ordem públicas, o investimento efetuado, no montante de 4.920 euros está relacionado com estudos e projetos na área de proteção civil e luta contra incêndios.

Os investimentos efetuados nas funções sociais têm a seguinte distribuição em 2025:



Na área da educação, dos 1.688.963 euros realizados, 1.404.013 euros (83,1%) estão relacionados com a requalificação da Escola Básica de Paredes, e 201.479 euros (11,9%) com o ensino pré-escolar / ensino básico.

Na área da Saúde, foram efetuadas várias requalificações de Unidades de Saúde Local, em conformidade com o detalhe que se segue:

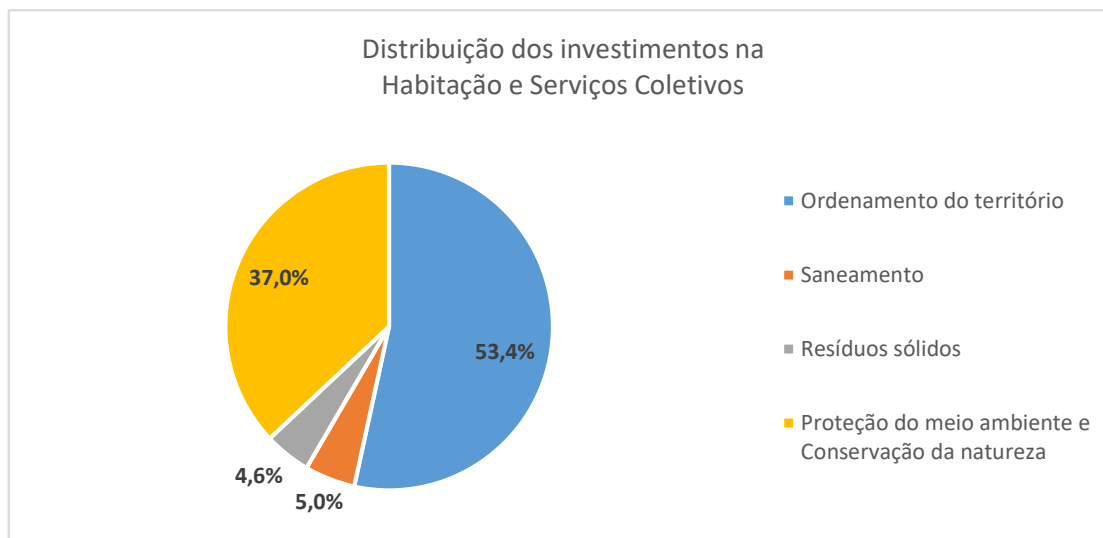
Saúde	Euros	Peso
REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCAL DE PAREDES	426 493	49,1%
REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCAL NOVA ERA (SOBREIRA)	158 423	18,2%
REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCAL DE REBORDOSA	81 533	9,4%
REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCAL DE GANDRA	79 497	9,1%
REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCAL DE BALTAR	63 870	7,3%
REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCAL DE LORDELO	59 294	6,8%
Total	869 109	100,0%

Na área da ação social, os investimentos executados em 2025 foram os seguintes:

Ação social	Euros	%
RECUPERAÇÃO HABITAÇÃO SOCIAL DE CRISTELO	1 555 833	36,4%
AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL	1 107 500	25,9%
RECUPERAÇÃO HABITAÇÃO SOCIAL DE PAREDES	712 707	16,7%
CONSTRUÇÃO DE 24 FOGOS NA FREGUESIA DE BALTAR	434 923	10,2%
ESTUDOS E PROJETOS	206 667	4,8%
CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO PARA REALOJAMENTO DA COMUNIDADE CIGANA	140 955	3,3%
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	115 532	2,7%
Total	4 274 117	100,0%

Na habitação e serviço coletivos, a distribuição dos investimentos foi efetuada da seguinte forma:

Habitação e serviços coletivos	Euros	%
Ordenamento do território	2 806 115	53,4%
Saneamento	261 664	5,0%
Resíduos sólidos	241 686	4,6%
Proteção do meio ambiente e Conservação da natureza	1 943 108	37,0%
Total	5 252 573,26	100,0%



Os investimentos executados em 2025 na área do Ordenamento do Território foram os seguintes:

Ordenamento do território	Euros	%
ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA CENTRAL DE LORDELO	1 205 426	43,0%
ARRANJO URBANÍSTICO E ACESSIBILIDADES NA VIA PÚBLICA NA PRAÇA DIVINO ESPÍRITO SANTO E SUA ENVOLVENTE EM DUAS IGREJAS EM PAREDES	781 785	27,9%
ARRANJO URBANÍSTICO PRAÇA QUINHENTISTA EM SOBROSA	170 699	6,1%
CONSTRUÇÃO DE MUROS DE SUPORTE NO CONCELHO	157 248	5,6%
CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PASSEIOS NO CONCELHO	104 884	3,7%
EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA E.N.319-2 EM AGUIAR SOUSA	104 275	3,7%
EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA E.N.15 ENTRE BALTAR, ASTROMIL E VANDOMA	104 232	3,7%
EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA E.N.15 ENTRE KM 13.900 E 15.000 EM GANDRA	78 288	2,8%
CONSTRUÇÃO DE MUROS DE SUPORTE EM REBORDOSA	67 870	2,4%
ESTUDOS E PROJETOS	21 402	0,8%
QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DOS NÚCLEOS URBANOS CENTRAIS DAS FREGUESIAS	5 049	0,2%
EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA RUA LAMEIRO DO CABO EM BALTAR	2 346	0,1%
EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA RUA DA IGREJA - ASTROMIL	1 355	0,0%
REMODELAÇÃO PAVILHÃO DA SARNADA - AGUIAR SOUSA-CENTRO TRAIL RUNNING, BTT E DESPORTOS EM NTZ	1 258	0,0%
Total	2 806 115	100%

Os investimentos executados em 2025 na área do saneamento e resíduos sólidos foram os seguintes:

Saneamento e resíduos sólidos	Euros	%
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ RECOLHA SELETIVA DE RSU'S	176 281	35,0%
CONSTRUÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO NA SOBREIRA	139 537	27,7%
CONSTRUÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO EM RECAREI	122 127	24,3%
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ RECOLHA INDIFERENCIADA DE RSU'S	65 405	13,0%
Total	503 350	100,0%

Os investimentos executados em 2025 relacionados com a Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza foram os seguintes:

Proteção do meio ambiente e Conservação da natureza	Euros	%
CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO DE GANDRA	583 140	30,0%
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	565 365	29,1%
CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE REBORDOSA	457 249	23,5%
PARQUE URBANO DE BALTAR	205 098	10,6%
ESTUDOS E PROJETOS	116 515	6,0%
CEMITÉRIO MUNICIPAL	15 741	0,8%
Total	1 943 108	100,0%

No que se refere aos serviços culturais, recreativos e religiosos, integrados nas funções sociais, os investimentos executados em 2025 foram os seguintes:

Serviços culturais, recreativos e religiosos	Euros	%
POLO LOCAL INCLUSÃO"CENTRO VALORIZ. INTEGRADA MOBIL. ART.MADEIRAS PAREDES	1 988 957,07	58,3%
POLO LOCAL INCLUSÃO"CENTRO PROMOÇÃO LITERACIA E DESENVOLVIMENTO PESSOAL"	979 561,26	28,7%
ESTUDOS E PROJETOS	125 029,51	3,7%
AQUISIÇÕES DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL	100 000,00	2,9%
PARQUE RADICAL EM PAREDES	71 283,95	2,1%
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	65 190,00	1,9%
REABILITAÇÃO DO ANTIGO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE PAREDES(FÓRUM CULTURAL DE PAREDES)	28 090,68	0,8%
RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE INTERESSE PATRIMONIAL E CULTURAL	21 014,50	0,6%
REQUALIFICAÇÃO DA CASA DE CASTRÁLIA EM LOUREDO	19 398,34	0,6%
ESTUDOS E PROJETOS	7 226,25	0,2%
CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA DE PAREDES	3 882,93	0,1%
PISCINA DESCOBERTA DE PAREDES	1 686,42	0,0%
COMPLEXOS DESPORTIVOS DE LORDELO, REBORDOSA, CRISTELO E BALTAR	717,24	0,0%
Total	3 412 038	100,0%

A distribuição dos investimentos executados em 2025 pelas funções económicas pode ser apresentada da seguinte forma:



Os investimentos executados em 2025 nestas funções foram os seguintes:

Indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo	Euros	%
AQUISIÇÃO DE TERRENOS P/ VIAS MUNICIPAIS	1 007 555	38,9%
CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE VIAS E ARRUAMENTOS	679 745	26,3%
PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA ENTRE TERRONHAS E BUSTELO	169 918	6,6%
CONSTRUÇÃO DA RUA ZONA INDUSTRIAL DE LORDELO	155 823	6,0%
CONSTRUÇÃO DA ROTUNDA NA E.N.319 COM A E.M.602 EM CRISTELO	151 159	5,8%
AMPLIAÇÃO/CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO	106 830	4,1%
REPARAÇÃO DA PONTE NA RUA J.B.PEREIRA EM VILELA	106 504	4,1%
PAVIMENTAÇÃO DA AVª DE S. TOMÉ EM BITARÃES	90 787	3,5%
ESTUDOS, PROJETOS E LEVANTAMENTOS CADASTRAIS P/ A CONSTRUÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS	34 538	1,3%
ESTUDOS E PROJETOS	23 941	0,9%
REPARAÇÃO DA PONTE NA RUA DE FELGUEIRAS EM GANDRA	21 857	0,8%
REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA IGREJA VANDOMA	20 499	0,8%
ESTUDOS E PROJETOS	9 914	0,4%
REQUALIFICAÇÃO DA AVª 13 DE MAIO EM DUAS IGREJAS	5 269	0,2%
EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA ANTIGA EN 106-2 (PAREDES/LOUSADA)	2 617	0,1%
PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA RUA DE PENHAS ALTAS EM LORDELO	1 055	0,0%
CONSTRUÇÃO DO ARRUAMENTO DE ACESSO AO CENTRO ESCOLAR DE DUAS IGREJAS	616	0,0%
Total	2 588 626	100,0%

Em Outras Funções, os investimentos efetuados em 2025 foram os seguintes:

Outras funções	Euros	%
CONSTRUÇÃO DO CAMPO FUTEBOL EM CETE	211 955	76,8%
ESTUDOS E PROJETOS	64 145	23,2%
Total	276 099	100,0%

2.2 PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

No Plano de Atividades mais relevantes do Município de Paredes, são incluídas as despesas de capital não integradas no PPI, bem como o conjunto das despesas correntes por funções. A execução do PAM do período face ao período homólogo anterior foi a seguinte (valores em euros):

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS						
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2025		2024		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Valor	%
Funções gerais	521 555	4%	455 101	5%	66 454	15%
Segurança e Ordem Públicas	521 555	4%	455 101	5%	66 454	15%
Funções sociais	3 107 491	26%	2 486 436	29%	621 056	25%
Segurança e ação sociais	1 706 606	14%	1 839 798	22%	-133 192	-7%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 400 885	12%	646 638	8%	754 248	117%
Outras funções	8 312 973	70%	5 514 931	65%	2 798 042	51%
Transferências entre administrações	7 404 678	62%	4 401 402	52%	3 003 276	68%
Diversas não especificadas	908 295	8%	1 113 529	13%	-205 234	-18%
TOTAL	11 942 019	100%	8 456 468	100%	3 485 551	41%

A execução do PAM traduz um aumento na despesa efetuada entre 2024 e 2025 que ascende a 41%, o equivalente a (+) 3.485.551 euros. Esta variação é essencialmente justificada pelo aumento do valor das transferências entre administrações, no montante de (+) 3.003.276 euros. No montante executado, que ascende a 7.404.678 euros, inclui-se a execução de 3.973.520 euros de transferências para freguesias, 1.659.209 euros relativos a contratos-programa de desenvolvimento desportivo e 1.241.980 euros de subsídios às associações do concelho.

É ainda justificada pelo aumento de (+) 754.248 euros na rubrica de serviços sociais, recreativos e religiosos e no aumento de (+) 66.454 euros na rubrica de segurança e ordem públicas. Em sentido contrário, verifica-se a diminuição de (-) 205.234 na rubrica diversas e não especificadas, cujo montante de execução em 2025 ascendeu a 908.295 euros, rubrica que inclui os valores executados de transferências para a área metropolitana do Porto, no valor de 579.588 euros, para a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, no montante de 211.103 euros e para a Associação de Município Vale do Sousa, no montante de 117.603 euros.

Verifica-se igualmente a diminuição na execução da rubrica de segurança e ações sociais, no montante de (-) 133.192 euros.

Ao nível da estrutura, e à semelhança do ano homólogo anterior, a rubrica de Transferências entre administrações é a rubrica com maior significado, representando 62% do peso total do montante do PAM no período (no ano anterior o peso ascendia a 52%).

3 ORÇAMENTO

Este capítulo apresenta a análise comparativa entre o orçamento inicial, final e executado, permitindo uma avaliação, por parte dos diferentes *stakeholders* da execução dos diferentes compromissos políticos refletidos nos projetos propostos e realizados.

Este é o sexto ano que o município adota o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que introduziu novos conceitos relativos ao desempenho orçamental, designadamente, o conceito de receita efetiva e de despesa efetiva. A receita efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e seus equivalentes, sem gerarem obrigações orçamentais e a despesa efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Este capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: no ponto 3.1 é apresentado o desempenho orçamental, onde é efetuada a análise global, as alterações orçamentais ocorridas em 2025 e a análise do equilíbrio orçamental; no ponto 3.2 é efetuada a análise da execução da receita e no ponto 3.3. a análise da execução da despesa.

3.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EQUILÍBRIO

3.1.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Estruturalmente, e por força do SNC-AP, as componentes da Receita são categorizadas em Receita Efetiva e Receita Não Efetiva. A Receita Efetiva encontra-se desagregada por Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas, correspondendo estas às reposições não abatidas aos pagamentos. A Receita Não Efetiva corresponde às rubricas de Receita de Ativos Financeiros e Receita de Passivos Financeiros. De igual forma, as componentes da Despesa são categorizadas por Despesa Efetiva e Despesa Não Efetiva. A despesa Efetiva encontra-se dividida em Despesas Correntes e Despesas de Capital, e a Despesa Não Efetiva agrega as rubricas de Despesa com Ativos Financeiros e Despesa com Passivos Financeiros.

A demonstração do desempenho orçamental traduz os recebimentos e os pagamentos efetuados no exercício, relativos a operações orçamentais e a operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), refletindo adicionalmente o saldo da gerência anterior e o saldo para a gerência seguinte. Com a divisão entre receita e despesa efetiva e não efetiva, a demonstração do desempenho orçamental apresenta o saldo primário, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros pagos, o saldo corrente, correspondente à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, e o saldo de capital, correspondente à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

A demonstração do desempenho orçamental para o exercício de 2025 é apresentada da seguinte forma (valores em euros):

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL			
2025			
RECEITAS	Valor	DESPESAS	Valor
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	5 611 790		
Operações orçamentais (1)	2 211 102		
Operações de tesouraria (A)	3 400 689		
RECEITAS CORRENTES	68 246 500	DESPESAS CORRENTES	53 780 133
RECEITAS DE CAPITAL	13 471 226	DESPESAS DE CAPITAL	24 089 428
Reposições não abatidas aos pagamentos	234 381		
RECEITA EFETIVA (2)	81 952 107	DESPESA EFETIVA (5)	77 869 561
RECEITA NÃO EFETIVA (3)	4 185 203	DESPESA NÃO EFETIVA (6)	5 373 343
RECEITA TOTAL (4)=(1)+(2)+(3)	88 348 412	DESPESA TOTAL (7)=(5)+(6)	83 242 904
Operações de Tesouraria (B)	1 027 521	Operações de Tesouraria (C)	612 531
		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	8 921 186
		Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	5 105 507
		Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 815 679
		Saldo global [2]-[5]	4 082 546
		Despesa primária	76 031 114
		Saldo corrente	14 466 367
		Saldo de capital	-10 618 202
		Saldo primário	5 920 993
		Receita total [1]+[2]+[3]	88 348 412
		Despesa total [5]+[6]	83 242 904

A demonstração do desempenho orçamental evidencia o seguinte:

- Os recebimentos em 2025, totalizam 87.164.831 euros (2024: 75.560.490 euros) dos quais 81.952.107 euros (2024: 69.829.548 euros) relacionados com receita efetiva, 4.185.203 euros (2024: 5.030.933 euros) relativos a receita não efetiva e 1.027.521 euros (2024: 700.009 euros) relativos a operações de tesouraria;
- Os pagamentos de 2025 totalizam 83.855.435 euros (2024: 74.883.614 euros), dos quais 77.869.561 euros (2024: 69.359.538 euros) correspondem a despesa efetiva, 5.373.343 euros (2024: 4.916.516 euros) a despesa não efetiva, e 612.531 euros (2024: 607.561 euros) relativos a operações de tesouraria;

- O saldo global, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva, ascende a (+) 4.082.546 euros (2024: (+) 470.010 euros);
- O saldo primário, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida de juros, ascende a (+) 5.920.993 euros (2024: (+) 2.947.544 euros);
- O saldo corrente, correspondente à diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, ascende a (+) 14.466.367 euros (2024: (+) 9.730.881 euros); e
- O saldo de capital, correspondente à diferença entre as receitas de capital e as despesas de capital, ascende a (-) 10.618.202 euros (2024: (-) 9.281.848 euros).

3.1.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Ao longo do exercício de 2025, o Município de Paredes procedeu a várias alterações orçamentais, permutativas e modificativas, ascendendo a diferença entre o orçamento inicial e o orçamento final da receita e da despesa, a (-) 3.070.626 euros, tal como apresentado no quadro seguinte (valores em euros).

ORÇAMENTO FINAL/EXECUÇÃO						
2025						
	Previsão			Execução		
	Inicial (1)	Final (2)	Diferença (3)=(2)-(1)	Valor (4)	Desvio (5)=(4)-(2)	Taxa de execução (6)=(4)/(2)
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2 211 102	2 211 102	2 211 101	0	100,00%
RECEITA EFETIVA	95 559 139	92 186 487	-3 372 652	81 952 107	-10 234 380	88,90%
Receitas correntes	66 296 037	69 559 901	3 263 864	68 246 500	-1 313 401	98,11%
Receitas de capital	29 258 113	22 621 597	-6 636 516	13 471 226	-9 150 371	59,55%
Outras receitas	4 989	4 989	0	234 381	229 392	4697,95%
RECEITA NÃO EFETIVA	14 175 160	12 266 085	-1 909 075	4 185 203	-8 080 882	34,12%
Ativos financeiros	9 900 007	6 774 310	-3 125 697	0	-6 774 310	0,00%
Passivos financeiros	4 275 153	5 491 775	1 216 622	4 185 203	-1 306 572	76,21%
TOTAL DA RECEITA	109 734 299	106 663 674	-3 070 625	88 348 412	-18 315 262	82,83%
DESPESA EFETIVA	106 616 148	101 290 225	-5 325 923	77 869 561	-23 420 664	76,88%
Despesas correntes	62 470 042	60 786 668	-1 683 374	53 780 133	-7 006 535	88,47%
Despesas de capital	44 146 106	40 503 557	-3 642 549	24 089 428	-16 414 129	59,47%
DESPESA NÃO EFETIVA	3 118 151	5 373 448	2 255 297	5 373 343	-105	100,00%
Ativos financeiros	15	15	0	0	-15	0,00%
Passivos financeiros	3 118 136	5 373 433	2 255 297	5 373 343	-90	100,00%
TOTAL DA DESPESA	109 734 299	106 663 673	-3 070 626	83 242 904	-23 420 769	78,04%

As principais alterações orçamentais efetuadas em 2025 ao nível da receita efetiva, estão relacionadas com as receitas de capital, cuja diminuição entre o orçamento inicial e as previsões corrigidas resultantes das alterações orçamentais no período ascende, a (-) 6.636.516 euros, e com um aumento no montante de (+) 3.263.864 euros para a previsão das receitas correntes. Já no que se refere à receita não efetiva, registaram-se alterações no período, que em termos agregados ascendem a (-) 1.909.075 euros, resultantes de uma diminuição da receita prevista com ativos financeiros no montante de (-) 3.125.697 euros e de um aumento na receita prevista de passivos financeiros no montante de (+) 1.216.622 euros.

No que se refere às alterações orçamentais efetuadas na despesa efetiva, esta reflete a diminuição na previsão relativa às despesas de capital, ascendendo a diferença entre as dotações iniciais e as dotações corrigidas a (-) 3.642.540 euros, e a uma diminuição entre as dotações iniciais e as dotações corrigidas das despesas correntes, no montante de (-) 1.683.374 euros. Relativamente à despesa não efetiva, as alterações orçamentais em 2025 estão relacionadas com os passivos financeiros, cuja dotação corrigida face à despesa inicialmente prevista resulta em (+) 2.255.297 euros.

Conforme se pode verificar no quadro anterior, os níveis de execução da receita encontram-se abaixo dos 85%, situação semelhante à ocorrida em 2024, 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019, aplicando-se para o efeito o que se encontra previsto no artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no que respeita ao alerta precoce de desvios, que é efetuado à tutela.

Este nível reduzido de execução está essencialmente associado à reduzida execução das receitas de capital, tendo sido executados 13.471.226 euros de um total de previsões corrigidas de 29.258.113 euros, bem como à inexistência de qualquer execução de receita não efetiva de ativos financeiros no ano em apreço (situação idêntica à do ano anterior).

3.1.3 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) estabelece que os orçamentos devem prever as receitas necessárias para cobrir as despesas. Refere adicionalmente que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Estas condições devem ser verificadas na elaboração do orçamento, aquando das alterações orçamentais e na execução orçamental.

No quadro seguinte, apresentam-se os valores relacionados com a poupança corrente líquida de amortizações de médio-longo prazo (MLP). Para efeitos do cálculo dos valores relacionados com o cumprimento do equilíbrio, considerou-se na execução os valores

da receita bruta, tal como previsto no RFALEI, situação que difere da Demonstração do Desempenho Orçamental, onde a Receita é considerada líquida de reembolsos e restituições. Os valores estão apresentados em euros.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Exercício de 2025				
Rubrica	Dotações Iniciais	Dotações Finais	Execução Orçamental	
(1) Receita Corrente	66 296 037	69 559 901	68 344 750	
(2) Despesa Corrente	62 470 042	60 786 668	53 780 133	
(3)=(1)-(2) Poupança Corrente	3 825 995	8 773 233	14 564 617	
(4) Amortizações médias de MLP	3 751 647	3 781 413	3 781 413	
(5)=(3)-(4) Poupança Corrente líquida de amortizações de MLP	74 348	4 991 820	10 783 203	

Da análise ao quadro anterior, verifica-se o cumprimento das regras de equilíbrio em todas as fases do ciclo orçamental. Em 2025 a execução orçamental demonstra existir uma poupança corrente líquida de amortizações de médio-longo prazo que ascende a 10.783.203 euros (2024: 7.568.758 euros), valor que se encontra liberto para financiamento aos investimentos, atendendo aos limites previstos e se encontram apresentados no capítulo de Análise da Dívida.

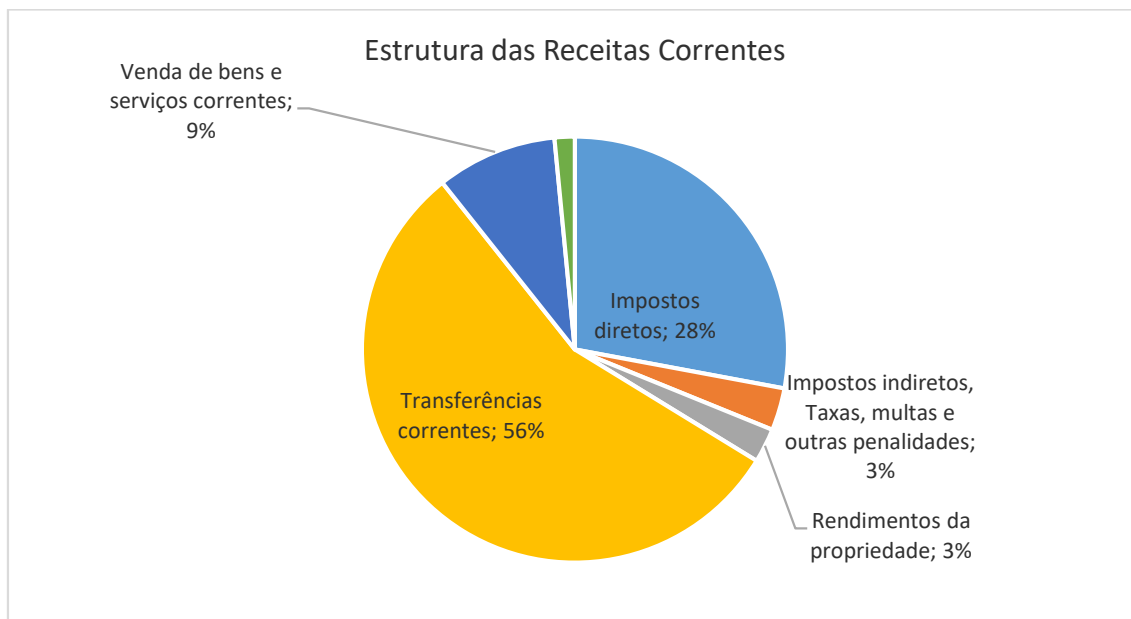
3.2 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A execução global da receita no exercício de 2025 pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

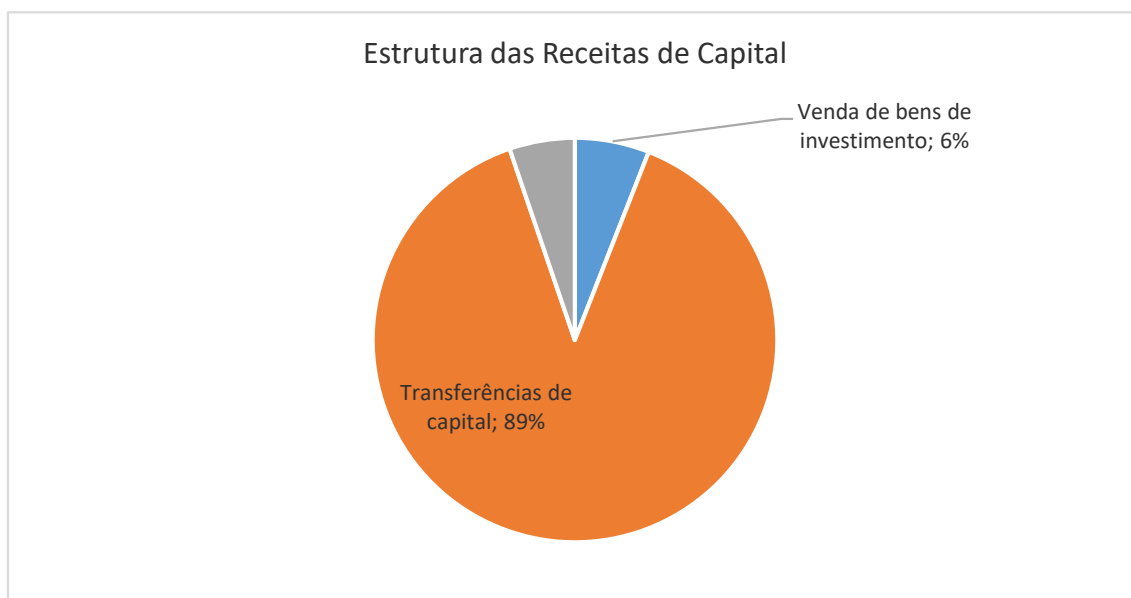
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA									
	2025								
	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições	Receitas Cobradas Líquidas	Receita por cobrar no final do período	Taxa de execução
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)=(2)+(3)-(4)-(7)	(9)=(7)/(1)
RECEITAS CORRENTES	69 559 901	1 347 150	68 520 106	244 549	68 344 750	98 250	68 246 500	1 376 207	98,11%
Impostos diretos	19 055 332	0	19 055 326	0	19 055 326	0	19 055 326	0	100,00%
Impostos indiretos, Taxas, multas e outras penalidades	2 346 053	166 825	2 301 642	91 337	2 249 203	39 635	2 209 569	167 562	94,18%
Rendimentos da propriedade	1 773 175	1 438	1 772 182	459	1 771 724	0	1 771 724	1 438	99,92%
Transferências correntes	37 911 239	0	37 955 189	43 966	37 955 189	43 966	37 911 223	0	100,00%
Venda de bens e serviços correntes	7 404 732	1 128 780	6 413 764	106 045	6 268 724	14 173	6 254 551	1 181 948	84,47%
Outras receitas correntes	1 069 370	50 107	1 022 002	2 742	1 044 583	476	1 044 107	25 260	97,64%
RECEITAS DE CAPITAL	22 621 597	1 820	13 578 247	108 080	13 579 306	108 080	13 471 226	762	59,55%
Venda de bens de investimento	805 355	0	800 200	0	800 200	0	800 200	0	99,36%
Transferências de capital	21 111 280	0	12 071 898	108 080	12 071 898	108 080	11 963 818	0	56,67%
Outras receitas de capital	704 962	1 820	706 150	0	707 208	0	707 208	762	100,32%
OUTRAS RECEITAS	4 989	6 339	235 169	562	234 381	0	234 381	6 565	4697,95%
RECEITA NÃO EFETIVA	12 266 085	0	4 185 203	0	4 185 203	0	4 185 203	0	34,12%
Ativos financeiros	6 774 310	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Passivos financeiros	5 491 775	0	4 185 203	0	4 185 203	0	4 185 203	0	76,21%
TOTAL DAS RECEITAS	104 452 572	1 355 309	86 518 724	353 191	86 343 640	206 330	86 137 310	1 383 533	82,47%
Integração do saldo da gerência	2 211 101		2 211 101		2 211 101		2 211 101		100,00%
TOTAL	106 663 673	1 355 309	88 729 825	353 191	88 554 741	206 330	88 348 411	1 383 533	82,83%

Conforme se pode verificar pelo quadro acima, em termos de estrutura da receita cobrada líquida em 2025, 79% da mesma é referente as receitas correntes, 16% a receitas de capital e 5% a receitas não efetivas de passivos financeiros. Em termos de receitas correntes, 55,6% das mesmas são provenientes de transferências correntes, entre as quais se destacam as transferências provenientes do Estado, 27,9% são provenientes de impostos diretos, onde o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) assume especial relevância, 9,2% são provenientes da Venda de bens e de Serviços, entre as quais assume especial importância as relacionadas com os Serviços de resíduos sólidos urbanos, 3,2% de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, 2,6% são provenientes de rendimentos de propriedade e 1,5% de outras receitas correntes.

Graficamente, esta repartição pode ser apresentada da seguinte forma:



No que respeita às receitas de capital, 88,8% das mesmas estão relacionadas com transferências de capital, parte significativa das quais, associadas à participação comunitária em projetos cofinanciados pelo Estado e ao Fundo de Equilíbrio Financeiro na vertente de transferências de capital, 5,9% relacionadas com venda de bens de investimento e 5,3% com outras receitas de capital.



Em termos de execução, as Receitas Correntes apresentam uma execução orçamental de 98,11%, o equivalente a 68.246.500 euros para um total de previsões corrigidas de 69.559.901 euros. A rubrica mais representativa desta componente da receita – Transferências Correntes – apresenta uma execução de praticamente 100%, o equivalente a 37.911.223 euros face uma previsão corrigida de 37.911.239 euros. A

segunda rubrica mais representativa da receita corrente é a rubrica de impostos diretos, cuja taxa de execução ascendeu igualmente a cerca de 100%, o equivalente a 19.055.326 euros face a um orçamento de 19.055.332 €. Segue-se a rubrica da venda de bens e serviços, cujo valor executado ascendeu a 6.254.551 euros, o equivalente a 84,47% do total das previsões corrigidas e que ascenderam a 7.404.732 euros. Os impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, são a quarta rubrica mais representativa das receitas correntes e o valor executado em 2025 ascendeu a 2.209.569 euros, o equivalente a 94,18% dos 2.346.053 euros previstos. Os rendimentos de propriedade, são a quinta rubrica mais representativa da receita corrente, tendo apresentado uma taxa de execução de 99,92%, o equivalente a 1.771.724 euros num total orçado de 1.773.175 euros. Por último, temos a rubrica de outras receitas correntes, com uma execução de 1.044.107 euros de um total de previsões corrigidas de 1.069.370 euros, ascendendo a taxa de execução a 97,64%.

Já no que respeita à execução das Receitas de Capital, verificam-se taxas de execução mais reduzidas e que se cifram, no seu conjunto, em 59,55% de execução, o equivalente a 13.471.226 euros de receitas cobradas líquidas face ao montante previsto de 22.621.597 euros. As receitas referentes a transferências de capital registaram uma execução de 11.963.818 euros, (-) 9.147.462 euros que o previsto, e as receitas com a venda de bens de investimento ascenderam a 800.200 euros, montante próximo do previsto, ascendendo a execução desta rubrica a cerca de 99,36%. As outras receitas de capital tiveram uma execução de 100,32%, face a um valor de previsões corrigidas de 704.962 euros.

A receita não efetiva está conexas com Passivos Financeiros. O valor executado em 2025 ascendeu a 4.185.203 euros, face a um valor previsto de 5.491.775 euros, correspondendo a taxa de execução desta rubrica a 76,21%.

Procedendo-se a uma análise comparativa da evolução da estrutura e evolução da receita entre 2024 e 2025, esta evolução pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA RECEITA				
	2024	2025		Variação
	Execução	Execução	%	2024/2025
RECEITAS CORRENTES	61 123 940	68 246 500	79,23%	11,65%
Impostos diretos	16 387 740	19 055 326	22,12%	16,28%
Impostos indiretos, Taxas, multas e outras penalidades	1 836 931	2 209 569	2,57%	20,29%
Rendimentos da propriedade	1 724 028	1 771 724	2,06%	2,77%
Transferências correntes	35 197 257	37 911 223	44,01%	7,71%
Venda de bens e serviços correntes	5 843 739	6 254 551	7,26%	7,03%
Outras receitas correntes	134 245	1 044 107	1,21%	677,76%
RECEITAS DE CAPITAL	8 684 630	13 471 226	15,64%	55,12%
Venda de bens de investimento	847 733	800 200	0,93%	-5,61%
Transferências de capital	7 832 255	11 963 818	13,89%	52,75%
Outras receitas de capital	4 642	707 208	0,82%	15134,66%
OUTRAS RECEITAS	20 978	234 381	0,27%	1017,28%
RECEITA NÃO EFETIVA	5 030 933	4 185 203	4,86%	-16,81%
Ativos financeiros	0	0	0,00%	-
Passivos financeiros	5 030 933	4 185 203	4,86%	-16,81%
TOTAL DAS RECEITAS	74 860 480	86 137 310	100,00%	15,06%
Integração do saldo da gerência	1 626 674	2 211 101		
TOTAL	76 487 154	88 348 411		

Conforme se pode verificar pela análise do quadro anterior, o total das receitas de 2025 ascendeu a 86.171.310 euros, (+) 15,06% que em 2024, o equivalente a (+) 11.276.829 euros. Este aumento de receita encontra-se dividida i) num acréscimo de receitas correntes que ascende a (+) 7.122.560 euros, ii) num acréscimo de receitas de capital que ascendeu a (+) 4.786.596 euros face a 2024, iii) num acréscimo de outras receitas, no montante de (+) 213.403 euros, e iv) num decréscimo das receitas não efetivas de (-) 845.729 euros relacionada com a contração de passivos financeiros para investimento.

As receitas correntes (i) crescem cerca de 11,65% entre períodos devido essencialmente à rubrica de transferências correntes, cuja variação entre 2024 e 2025 ascende a (+) 2.713.966 euros, o equivalente a (+) 7,71%, parte representativa das quais conexas com as transferências de competências resultantes da aplicação da Lei 50/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual, e que estabelece o quadro da transferência de

competências para as autarquias locais. A segunda rubrica mais representativa no aumento entre períodos é a rubrica de impostos diretos, cuja variação entre períodos ascendeu a (+) 2.667.586 euros, o equivalente a (+) 16,28% face a 2024. A terceira rubrica mais representativa do aumento das receitas correntes é a rubrica de Outras Receitas Correntes, com uma variação de (+) 909.861 euros face a 2024. A quarta rubrica mais representativa é a Venda de bens e serviços correntes com uma variação de (+) 410.813 euros na execução entre períodos, o correspondente a (+) 7,03% face a 2024. A rubrica de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, e de outras receitas correntes cresceu (+) 372.638 euros face ao período homólogo anterior, o correspondente a (+) 20,29% e a rubrica de rendimentos de propriedade cresceu (+) 2,77% face a 2024, no valor de (+) 47.696 euros.

As receitas de capital (ii) aumentaram, entre períodos, (+) 4.786.596 euros, o equivalente a (+) 55,12% face ao valor executado em 2024. Este aumento é justificado por um acréscimo face ao período homólogo anterior nas rubricas de transferências de capital e outras receitas de capital, no valor de, respetivamente, (+) 4.131.563 euros, o equivalente a (+) 52,75% e (+) 702.566 euros. As receitas da venda de bens de investimento registaram uma execução de 800.200 euros, (-) 5,61% que no exercício de 2024.

A variação da receita não efetiva (iii) conexas a passivos financeiros no valor de (-) 845.729 euros, está relacionada com a contração de empréstimos no período.

Procedendo-se a uma análise mais detalhada por rubrica da receita, apresenta-se no quadro seguinte as principais variações da receita própria entre períodos homólogos (valores em euros).

RECEITAS PRÓPRIAS						
	2024	2025				
	Execução	Execução	Variação 2024/2025	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
RECEITAS CORRENTES						
Impostos diretos	16 387 740	19 055 326	16,28%	59,84%	27,92%	22,12%
Impostos indiretos, Taxas, multas e outras penalidades	1 836 931	2 209 569	20,29%	6,94%	3,24%	2,57%
Rendimentos de propriedade	1 724 028	1 771 724	2,77%	5,56%	2,60%	2,06%
Venda de bens e serviços correntes	5 843 739	6 254 551	7,03%	19,64%	9,16%	7,26%
Outras receitas correntes	134 245	1 044 107	677,76%	3,28%	1,53%	1,21%
Sub-Total	25 926 683	30 335 277	17,00%	95,27%	44,45%	35,22%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de bens de investimento	847 733	800 200	-5,61%	2,51%		0,93%
Outras receitas de capital	4 642	707 208	15134,66%	2,22%		0,82%
Sub-Total	852 375	1 507 408	76,85%	4,73%		1,75%
TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	26 779 058	31 842 685	18,91%	100,00%		36,97%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	61 123 940	68 246 500			100,00%	79,23%
TOTAL DAS RECEITAS	74 860 480	86 137 310				100,00%

Conforme se pode verificar, em termos globais verifica-se um aumento das receitas próprias correntes entre o exercício em análise e o exercício homólogo anterior, que ascende a (+) 17%, o equivalente a (+) 4.408.594 euros. Este aumento, é particularmente expressivo nos impostos diretos, com um aumento de (+) 2.667.586 euros, o equivalente a (+) 16,28% face a 2024, nas outras receitas correntes, com um acréscimo de (+) 909.861 euros, onde se inclui o valor de 659.069 euros relativo a uma indemnização da AMBISOUSA – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos EIM, decorrente da impossibilidade da empresa alcançar os níveis de operação inscritos e aprovados nos respetivos documentos de gestão previsional, na venda de bens e serviços, com um acréscimo de (+) 410.813 euros, o equivalente a (+) 7,03% e na rubrica de impostos indiretos, taxas multas e outras penalidades, cujo valor executado em 2025 de 2.209.569 euros foi superior em (+) 372.638 euros, o equivalente a (+) 20,29% que no período de 2024. As rubricas de impostos (diretos e indiretos) em 2025 representam 66,78% das Receitas Próprias, 31,6% das receitas correntes e 24,69% das receitas totais. Com menos expressão, a variação entre períodos de rendimentos de propriedade ascendeu a (+) 47.696 euros, o equivalente a (+) 2,77%. Entre períodos, não se registaram quaisquer variações negativas de receitas correntes.

No que se refere às receitas próprias de capital, verifica-se um aumento menos expressivo de receita e que totaliza (+) 655.033 euros, o equivalente a (+) 76,85% face ao exercício de 2024. Para esta variação, contribuiram os aumentos na rubrica de Outras Receitas de Capital, que ascenderam a (+) 702.566 euros, onde se inclui o valor de 700.000 euros conexos com uma permuta de imóveis com um terceiro, e a diminuição de (-) 47.533 euros na rubrica de venda de bens de investimento. De referir que as receitas de capital representam cerca de 4,73% do total das receitas próprias, situação que se apresenta como normal e salutar, dado que estas receitas de capital estão associadas, essencialmente, a desinvestimentos.

Detalhando cada uma das rubricas, apresenta-se a evolução dos impostos diretos entre 2024 e 2025 (valores em euros):

IMPOSTOS DIRETOS				
	2024	2025		Var. %
	Valor	Valor	%	2024/2025
Imposto municipal sobre imóveis	6 632 429	7 151 385	37,53%	7,82%
Imposto único de circulação	2 727 354	2 923 791	15,34%	7,20%
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	4 209 921	6 526 699	34,25%	55,03%
Derrama	2 818 036	2 453 451	12,88%	-12,94%
TOTAL	16 387 740	19 055 326	100,00%	16,28%

O aumento de (+) 16,28% na receita de impostos diretos entre períodos é essencialmente justificado pelo aumento da receita de Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis no valor de (+) 2.316.778 euros, o equivalente a (+) 55,03%, da receita de IMI, que cresceu (+) 518.956 euros face a 2024, o equivalente a (+) 7,82%, do aumento da receita de imposto único de circulação no valor de (+) 196.438 euros, o equivalente a (+) 7,2% face ao período homólogo anterior e da diminuição na derrama que ascendeu a (-) 364.585 euros, o equivalente a (-) 12,94% de execução face ao período anterior.

Relativamente às rubricas de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, a evolução da receita de 2025 face ao período homólogo anterior foi a seguinte (valores em euros):

IMPOSTOS INDIRETOS, TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES				
	2024	2025		Var. %
	Valor	Valor	%	2024/2025
IMPOSTOS INDIRETOS	0	0		
TAXAS	1 673 140	2 017 940	91,33%	20,61%
Mercados e feiras	137 499	136 271	6,17%	-0,89%
Loteamentos e obras	1 211 324	1 382 334	62,56%	14,12%
Ocupação da via pública	59 569	63 542	2,88%	6,67%
Animais	1 832	1 793	0,08%	-2,14%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	28 545	34 329	1,55%	20,26%
Outras taxas específicas das autarquias locais	234 372	399 671	18,09%	70,53%
MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	163 791	191 629	8,67%	17,00%
Juros de mora	57 602	51 043	2,31%	-11,39%
Juros compensatórios	35 296	41 282	1,87%	16,96%
Multas e penalidades diversas	70 893	99 304	4,49%	40,08%
TOTAL	1 836 931	2 209 569	100,00%	20,29%

Em termos globais verifica-se uma variação positiva na arrecadação de receita de taxas, no valor de (+) 344.800 euros, equivalente a (+) 20,61% e uma variação positiva na arrecadação de receita de multas e penalidades diversas, no montante de (+) 27.838 euros, o equivalente a (+) 17%.

O aumento da receita proveniente das taxas comporta as variações positivas na rubrica de Loteamento e Obras, no montante de (+) 171.010 euros, o equivalente a (+) 14,12% face a 2024, na rubrica de Outras Taxas específicas das Autarquias locais, no montante de (+) 165.300 euros, (+) 70,53% que no período anterior, nas taxas municipais de direitos de passagem no montante de (+) 5.784 euros, e nas taxas de ocupação da via pública, no montante de (+) 3.973 euros. Em sentido inverso, verifica-se um decréscimo de (-) 1.228 euros na rubrica de mercados e feiras e de um valor imaterial na rubrica de animais.

No que se refere aos juros de mora, integrados na rubrica de multas e penalidades diversas, houve uma diminuição entre períodos de (-) 6.560 euros, o equivalente a (-) 11,39% face ao período anterior. As outras duas rubricas integradas em Multas e Outras Penalidades, tiveram um aumento de (+) 34.398 euros, o equivalente a (+) 32,39% face a 2024.

No que respeita aos rendimentos de propriedade, as variações entre 2024 e o período de 2025 em análise são apresentadas da forma seguinte (valores em euros):

RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE				
	2024	2025		Var. %
	Valor	Valor	%	2024/2025
Juros	12	1 500	0,08%	12433,17%
Dividendos e participações nos lucros de sociedades	53 030	54 117	3,05%	2,05%
Rendas	1 670 985	1 716 107	96,86%	2,70%
TOTAL	1 724 028	1 771 724	100,00%	2,77%

Os valores arrecadados de receitas de rendimentos de propriedade estão essencialmente relacionados com rendas, que representam 96,86% da execução da rubrica. O aumento mais significativo registado em rendimentos de propriedade está igualmente associado às rendas, tendo a receita aumentado (+) 45.121, o equivalente a (+) 2,7%. Os restantes aumentos apresentam um valor absoluto residual, não se tendo registado qualquer diminuição nas rubricas entre os períodos.

A evolução das prestações de serviços correntes entre 2024 e 2025 é apresentada no quadro seguinte (valores em euros):

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES				
	2024	2025		Var. %
	Valor	Valor	%	2024/2025
SERVIÇOS	5 738 258	6 135 646	98,10%	6,93%
Aluguer de espaços e equipamentos	2 820	2 881	0,05%	2,16%
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	801 400	1 155 358	18,47%	44,17%
Serviços recreativos e culturais	11 757	254 748	4,07%	2066,85%
Serviços desportivos	789 643	900 611	14,40%	14,05%
Serviços específicos das autarquias	4 934 039	4 977 407	79,58%	0,88%
Resíduos sólidos	4 019 838	4 334 110	69,30%	7,82%
Cemitérios	15 677	15 426	0,25%	-1,60%
Outros	898 523	627 871	10,04%	-30,12%
RENDAS	105 480	118 905	1,90%	12,73%
TOTAL	5 843 739	6 254 551	100,00%	7,03%

Tal como apresentado no quadro anterior, a rubrica de vendas de bens e serviços correntes apresenta um aumento de (+) 410.813 euros, o equivalente a (+) 7,03% face ao período homólogo anterior. Este aumento tem essencialmente como origem a arrecadação de mais receita da rubrica de serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto, no valor de (+) 353.959 euros, o equivalente a (+) 44,17%, repartidos entre o

aumento da receita de serviços recreativos e culturais, no valor de (+) 242.991 euros e da receita de serviços desportivos, cujo aumento ascendeu a (+) 110.968 euros, o equivalente a (+) 14.05% face a 2024, tendo a execução de 2025 ascendido a 900.611 euros. Na rubrica de Serviços específicos das autarquias, cujo aumento entre períodos ascendeu a (+) 43.368 euros, o equivalente a (+) 0,88% face ao ano anterior, realça-se a execução de receita em 2025 de resíduos sólidos urbanos que ascendeu a 4.334.110 euros, (+) 7,82% que em 2024, o equivalente a (+) 314.272 euros. As rubricas de receita de cemitérios e de outros registaram diminuições face ao período homólogo anterior de, respetivamente (-) 251 euros e (-) 270.653 euros, o equivalente a.

Por último, detalha-se a variação das transferências correntes e de capital entre períodos homólogos (valores em euros):

TRANSFERÊNCIAS				
	2024	2025		Var. %
	Valor	Valor	%	2024/2025
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35 197 257	37 911 223	76,01%	7,71%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0,00%	
Públicas	0	0	0,00%	
Privadas	0	0	0,00%	
Estado	34 189 552	36 409 096	73,00%	6,49%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	14 950 959	15 437 792	30,95%	3,26%
Fundo Social Municipal	2 416 967	2 708 708	5,43%	12,07%
Participação fixa no IRS	2 889 171	3 152 421	6,32%	9,11%
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	11 197 334	11 512 377	23,08%	2,81%
Participação do IVA	547 133	301 384	0,60%	-44,92%
Artigo 35.º, n.º 5 da Lei 73/2013	2 008 232	3 147 539	6,31%	56,73%
Outras	179 756	148 875	0,30%	-17,18%
Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	755 009	1 153 409	2,31%	52,77%
Administração Local	7 018	0	0,00%	-100,00%
Segurança social	245 678	348 718	0,70%	41,94%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7 832 255	11 963 818	23,99%	52,75%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	45 000	0	0,00%	
Estado	3 669 450	4 904 405	9,83%	33,66%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 661 218	1 715 310	3,44%	3,26%
Artigo 35.º, n.º 5 da Lei 73/2013	2 008 232	3 147 540		56,73%
Outras	0	41 555	0,08%	
Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	4 117 805	7 059 413	14,15%	71,44%
TOTAL	43 029 512	49 875 041	100,00%	15,91%
TOTAL DA RECEITA	74 860 480	86 137 310		
% das Transferências no total da receita	57,48%	57,90%		

O quadro anterior evidencia um aumento nas receitas de transferências que totaliza (+) 6.845.529 euros face a 2024, o equivalente a (+) 15,91%. Este aumento é transversal às principais rubricas, correspondendo a um aumento nas receitas de transferências correntes de (+) 2.713.966 euros, o correspondente a (+) 7,71% face a 2024 e a um

aumento de (+) 4.131.563 euros nas receitas de transferências de capital, o equivalente a (+) 52,75% face ao período anterior.

O aumento nas receitas de transferências correntes incorpora um aumento de (+) 2.219.544 euros associado a transferências do Estado Central, onde sobressai a variação positiva de (+) 1.139.307 euros relacionada com o n.º 5 do artigo 35.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. De igual forma contribuiu positivamente para a variação das transferências correntes, os acréscimos verificados na rubrica de Participação Comunitária em Projetos, cujo valor ascendeu a (+) 398.400 euros, (+) 52,77% que em 2024, e na rubrica de Segurança Social, cujo montante da variação face ao período homólogo anterior ascendeu a (+) 103.040 euros. Em 2025, a rubrica de receitas da Administração Local não registou qualquer execução.

O aumento das transferências de capital que representam, em 2025, 23,99% do total da receita de transferências comporta aumentos nas transferências do Estado por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de (+) 54.092 euros, o equivalente a (+) 3,26% face a 2024, e o aumento das transferências resultantes da aplicação do n.º 5 do artigo 35.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, no montante de (+) 1.139.308 euros, o equivalente a (+) 56,73%. Comporta igualmente um aumento significativo na participação comunitária em projetos co-financiados, cujo valor arrecadado em 2025 ascendeu a 7.059.413 euros, (+) 71,44% que no ano de 2024, em que o montante arrecadado ascendeu a 4.117.805 euros.

3.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução da despesa para o exercício de 2025 pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA										
2025										
	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Compromissos	Obrigações	Pagamentos	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Taxa de execução		
								Paga-mentos	Obriga-ções	Compro-ssos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)-(4)	(7)=(4)-(5)	(5)/(2)	(4)/(2)	(3)/(2)
DESPESA EFETIVA	3 268 288	101 290 225	95 232 389	80 474 908	77 869 561	14 757 482	2 605 346	76,88%	79,45%	94,02%
Despesa Corrente	1 651 525	60 786 668	60 304 895	55 343 990	53 780 133	4 960 905	1 563 857	88,47%	91,05%	99,21%
Despesas com o pessoal	214 977	24 618 556	24 497 474	24 481 309	24 243 966	16 164	237 344	98,48%	99,44%	99,51%
Aquisição de bens e serviços	1 231 921	26 663 607	26 380 564	22 211 109	20 972 250	4 169 456	1 238 859	78,65%	83,30%	98,94%
Juros e outros encargos	0	1 854 416	1 838 447	1 838 447	1 838 447	0	0	99,14%	99,14%	99,14%
Transferências correntes	198 368	7 524 209	7 465 155	6 713 739	6 626 654	751 417	87 085	88,07%	89,23%	99,22%
Outras despesas correntes	6 259	125 880	123 254	99 386	98 816	23 868	570	78,50%	78,95%	97,91%
Despesa de capital	1 616 763	40 503 557	34 927 494	25 130 917	24 089 428	9 796 577	1 041 489	59,47%	62,05%	86,23%
Aquisição de bens de capital	1 452 943	33 152 068	29 378 393	20 829 300	19 881 852	8 549 093	947 449	59,97%	62,83%	88,62%
Transferências de capital	163 820	5 725 926	5 482 555	4 235 072	4 141 031	1 247 484	94 041	72,32%	73,96%	95,75%
Outras despesas de capital	0	1 625 563	66 545	66 545	66 545	0	0	4,09%	4,09%	4,09%
DESPESA NÃO EFETIVA	0	5 373 448	5 373 343	5 373 343	5 373 343	0	0	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos financeiros	0	15	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	0	5 373 433	5 373 343	5 373 343	5 373 343	0	0	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL DAS DESPESAS	3 268 288	106 663 673	100 605 732	85 848 251	83 242 904	14 757 482	2 605 346	78,04%	80,48%	94,32%

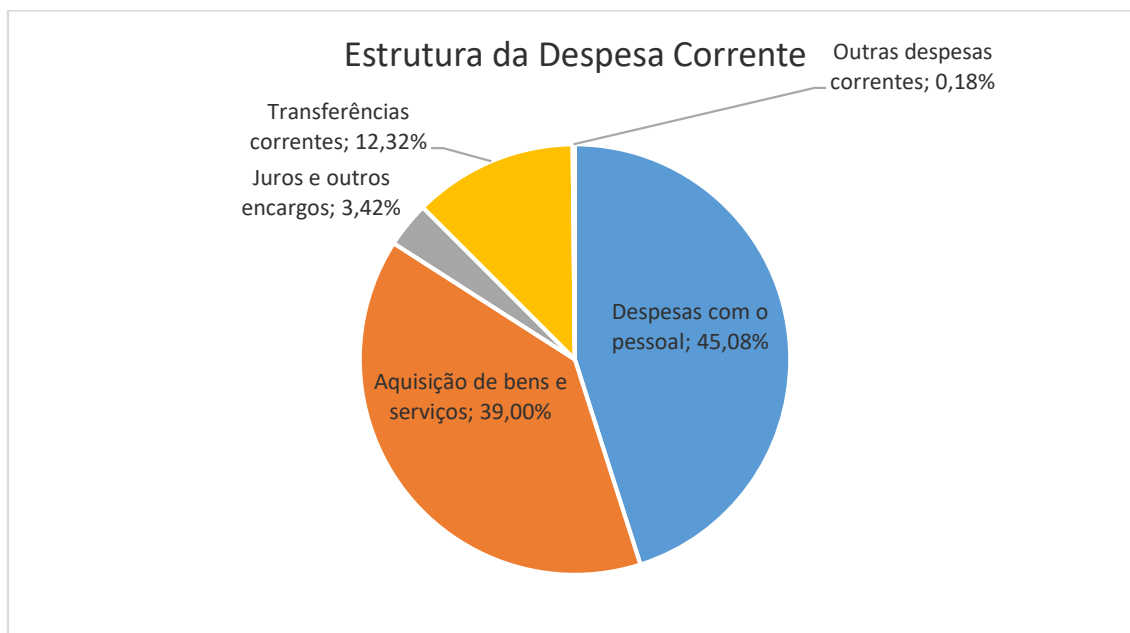
O quadro anterior evidencia um nível de execução global da despesa que ascende a 78,04% (2024: 79,82%), o que equivale a 83.242.904 euros de despesa paga (2024: 74.276.054 euros), face a um total de dotações corrigidas de 106.663.673 euros (2024: 93.056.971 euros).

O nível de execução da despesa corrente ascende a 88,47% (2024: 78,69), sendo de destacar um nível de execução de 98,48% relativamente às despesas com pessoal (2024: 98,27%), cujo valor pago representa 29,12% do total dos pagamentos efetuados no período (2024: 30,7%) e 45,08% do total das despesas correntes pagas em 2025, (2024: 44,38%).

A rubrica de aquisição de bens e serviços, cuja execução no período ascendeu a 78,65% (2024: 80,44%), representando um total de 20.972.250 euros de despesa paga (2024: 20.027.812 euros), que compara com as dotações corrigidas para esta rubrica, que

ascendem ao total de 26.663.607 euros (2024: 24.897.613 euros) é aquela que regista o segundo maior valor absoluto de despesa corrente paga. As transferências correntes apresentam um nível de execução de 88,07% (2024: 90,7%), o equivalente a 6.626.654 euros de despesa paga (2024: 5.774.349 euros), e as rubricas de despesas com juros e outras despesas correntes apresentam, respetivamente, uma taxa de execução de 99,14% e 78,5% (2024: 99,23% e 94,97%, respetivamente).

A estrutura das despesas correntes é representada graficamente da seguinte forma:



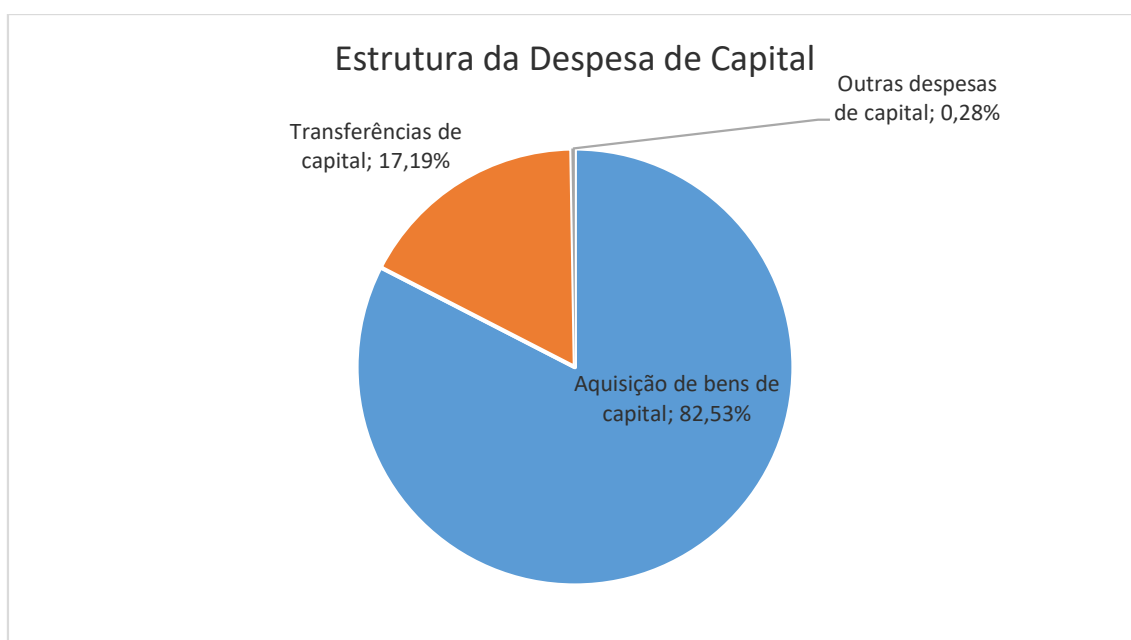
Conforme se pode verificar pelo gráfico apresentado, 84,08% do valor da despesa corrente paga está relacionada com despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e de serviços. Os restantes montantes relevantes estão associados a transferências correntes. Esta distribuição da despesa não difere significativamente daquela que se apresentava no ano homólogo anterior.

Se considerarmos as obrigações de 2025, correspondentes à despesa corrente faturada por terceiros ao Município, a taxa de execução destas face às dotações corrigidas ascende a 91,05%. A diferença de 2,57% face à execução medida pelos pagamentos efetuados de despesas correntes, corresponde às obrigações por pagar de despesas correntes, que totalizam 1.563.857 euros.

Considerando os compromissos assumidos com despesa corrente, a taxa de execução medida por esta rubrica sobre as dotações corrigidas ascende a 99,21%, valor próximo dos 100%. Este facto realça o conjunto de despesas correntes comprometidas e ainda não faturadas, que ascendem a 4.960.905 euros, o correspondente a 8,16% do total das dotações corrigidas para despesas correntes de 2025.

Ao nível das despesas de capital, a taxa de execução ascendeu a 59,47% (2024: 58,24%), o equivalente a 24.089.428 euros de pagamentos efetuados (2024: 17.966.479 euros), que comparam com dotações corrigidas no montante de 40.503.557 euros (2024: 30.847.504 euros). Cerca de 82,53% dos pagamentos efetuados em despesa de capital referem-se à aquisição de bens de capital (2024: 85,86%), ascendendo estes pagamentos ao montante de 19.881.852 euros (2024: 15.426.428 euros), com uma taxa de execução de 59,97% (2024: 58,28%). A outra rubrica representativa das despesas de capital é a rubrica de transferências de capital, cujo montante de despesa paga ascende a 4.141.031 euros (2024: 2.236.596 euros), com uma execução de 72,32% (2024: 54,92%).

A estrutura da despesa de capital pode ser apresentada graficamente da seguinte forma:



As despesas de capital encontram-se divididas pela aquisição de bens de capital, cujo peso sobre a despesa de capital paga ascende a 82,53%, pelas transferências de capital, representando 17,19% do total da despesa de capital paga, e por outras despesas de capital, cujo peso ascende a 0,28% do total da despesa paga.

Se considerarmos as obrigações de 2025, correspondentes à despesa de capital faturada por terceiros ao Município, a taxa de execução destas face às dotações corrigidas ascende a 62,05%. A diferença de 2,57% face à execução medida pelos pagamentos efetuados de despesas de capital, corresponde às obrigações por pagar, que totalizam 1.041.489 euros.

Considerando os compromissos assumidos com despesa de capital, a taxa de execução medida por esta rubrica sobre as dotações corrigidas ascende a 86,23%. O conjunto de despesas de capital comprometidas e ainda não faturadas, ascendem a 9.796.577 euros, o correspondente a 24,19% do total das dotações corrigidas de despesas de capital.

No que se refere à estrutura e evolução da despesa do período de 2025 face ao período homólogo anterior, ela é apresentada da seguinte forma (valores em euros):

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DESPESA				
	2024	2025		Variação
	Execução	Execução	%	2024/2025
DESPESA EFETIVA	69 359 538	77 869 561	93,54%	12,27%
Despesa Corrente	51 393 059	53 780 133	64,61%	4,64%
Despesas com o pessoal	22 808 524	24 243 966	29,12%	6,29%
Aquisição de bens e serviços	20 027 812	20 972 250	25,19%	4,72%
Juros e outros encargos	2 477 534	1 838 447	2,21%	-25,80%
Transferências correntes	5 774 349	6 626 654	7,96%	14,76%
Outras despesas correntes	304 840	98 816	0,12%	-67,58%
Despesa de capital	17 966 479	24 089 428	28,94%	34,08%
Aquisição de bens de capital	15 426 428	19 881 852	23,88%	28,88%
Transferências de capital	2 236 596	4 141 031	4,97%	85,15%
Outras despesas de capital	303 455	66 545	0,08%	-78,07%
DESPESA NÃO EFETIVA	4 916 516	5 373 343	6,46%	9,29%
Ativos financeiros	0	0	0,00%	-
Passivos financeiros	4 916 516	5 373 343	6,46%	9,29%
TOTAL DAS DESPESAS	74 276 054	83 242 904	100,00%	12,07%

A variação da despesa entre 2024 e 2025 ascendeu a (+) 8.966.851 euros, o equivalente a (+) 12,07%. Para esta variação, contribuiu i) um aumento da despesa corrente no montante de (+) 2.387.074 euros, (+) 4,64% face ao período homólogo anterior, ii) um aumento de (+) 6.122.950 euros na despesa de capital, o equivalente a (+) 34,08% face a 2024, e iii) uma variação positiva de (+) 456.827 euros na despesa não efetiva constituída por passivos financeiros.

A variação da despesa corrente está maioritariamente associada i) à variação nas despesas com pessoal, no montante de (+) 1.435.442 euros, o equivalente a (+) 6,29%, representando esta rubrica 29,12% do total da despesa paga em 2025 e 45,1% do total da despesa corrente paga no ano em apreço, ii) ao aumento nas despesas com a aquisição de bens e serviços, cujo montante entre períodos ascendeu a (+) 944.437 euros, (+) 4,72%, representando esta rubrica cerca de 25,19% do total da despesa paga e 39% do total da despesa corrente paga. A terceira rubrica mais representativa, em termos de variação, é a rubrica de transferências correntes, com um aumento de (+) 852.305 euros, o equivalente a (+) 14,76% que no período homólogo anterior. Esta

rubrica representa 7,96% do total da despesa paga em 2025 e 12.32% da despesa corrente paga neste mesmo período.

Em sentido inverso, registou-se uma diminuição na despesa de (-) 639.086 euros na rubrica de juros e outros encargos, o equivalente a (-) 25,8%. A rubrica de outras despesas correntes registou igualmente uma diminuição face ao período anterior, que ascendeu a (-) 206.024 euros, o equivalente a (-) 67,58% face a 2924.

A variação da despesa de capital está relacionada com o aumento de (+) 4.455.423 euros na rubrica de aquisição de bens de capital, cujo montante realizado ascendeu a 19.881.852 euros, (+) 28,88% que em 2024, com o aumento das transferências de capital, cuja variação ascendeu a (+) 1.904.435 euros, o equivalente a (+) 85,15% face a 2024, e com a diminuição de (-) 236.909 euros, o equivalente a (-) 78,07% na rubrica de outras despesas de capital.

A despesa não efetiva, relacionada com passivos financeiros, registou um aumento entre períodos que ascendeu a (+) 456.827 euros, o equivalente a (+) 9,29% face ao período homólogo anterior.

Considerando as despesas de funcionamento, como as despesas fixas suportadas pela edilidade, necessárias ao normal funcionamento da atividade desenvolvida, esta teve a seguinte evolução entre períodos (valores em euros):

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				
	2024	2025		Varição
	Execução	Execução	%	2024/2025
Despesas com o pessoal	22 808 524	24 243 966	53,50%	6,29%
Aquisição de bens e serviços	20 027 812	20 972 250	46,28%	4,72%
Outras despesas correntes	304 840	98 816	0,22%	-67,58%
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	43 141 176	45 315 032	100,00%	5,04%
Despesas de funcionamento em % das despesas correntes			84,26%	
Despesas de funcionamento em % das despesas gerais totais			54,44%	

Conforme se pode verificar, 99,78% das despesas de funcionamento relacionam-se com despesas com pessoal e com despesas com a aquisição de bens e serviços. As despesas de funcionamento registaram uma variação de (+) 2.173.855 euros face ao período homólogo anterior, o que equivale a (+) 5,04%. Estas despesas representam em 2025, 84,26% do total das despesas correntes e 54,44% do total das despesas.

Se considerarmos as receitas próprias como o conjunto das receitas que são fruto da atividade municipal, *per si*, e das despesas de funcionamento, como o conjunto das despesas fundamentais para o desenvolvimento das atividades municipais, pode-se verificar do confronto destas duas variáveis a dependência do Município de transferências do Estado e de terceiros. Os valores apresentados no quadro seguinte demonstram o relacionamento entre estas duas variáveis (valores em euros):

Relação entre Receitas Próprias e Despesas de Funcionamento				
	2024	2025	Variação	
	Execução	Execução	Valor	%
Receitas Próprias	26 779 058	31 842 685	5 063 626	18,91%
Despesas de Funcionamento	43 141 176	45 315 032	2 173 855	5,04%
Diferença	-16 362 118	-13 472 347	2 889 771	-17,66%
Receitas Próprias / Despesas de Funcionamento	62,07%	70,27%		

Conforme se pode verificar pelo quadro anterior, apenas 70,27% das despesas de funcionamento encontram-se asseguradas por receitas próprias. Este rácio aumentou face ao do período homólogo anterior, fruto de uma variação face ao ano anterior, maior nas receitas que nas despesas.

Dentro da rubrica da despesa corrente, apresenta-se de forma detalhada a variação das despesas com a aquisição de bens e serviços entre períodos homólogos (valores em euros):

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	2024	2025		Variação
	Execução	Execução	%	2024/2025
AQUISIÇÃO DE BENS	3 621 661	3 452 659	16,46%	-4,67%
Matérias-primas e subsidiárias	775 041	683 395	3,26%	-11,82%
Combustíveis e lubrificantes	1 401 245	1 713 087	8,17%	22,25%
Limpeza e Higiene, Alimentação, Vestuário, Mat. Escritório	561 907	397 143	1,89%	-29,32%
Produtos químicos e farmacêuticos	46 676	43 752	0,21%	-6,26%
Outras aquisições de bens	836 792	615 281	2,93%	-26,47%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	16 406 152	17 519 591	83,54%	6,79%
Encargos das instalações	3 523 729	3 237 486	15,44%	-8,12%
Conservação de bens	541 423	577 592	2,75%	6,68%
Transportes	811 889	905 880	4,32%	11,58%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	321 921	370 080	1,76%	14,96%
Outros trabalhos especializados	5 623 722	5 230 475	24,94%	-6,99%
Outras aquisições de serviços	5 583 467	7 198 078	34,32%	28,92%
TOTAL DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20 027 812	20 972 250	100,00%	4,72%

O total das despesas com aquisição de bens e serviços apresenta um aumento de (+) 944.437 euros, o equivalente a (+) 4,72%. Esta variação comporta comportamentos diferentes nas rubricas de aquisição de bens e de aquisição de serviços, tendo sido registada uma diminuição na primeira e um aumento na segunda. A diminuição nas rubricas de aquisição de bens, está relacionada com o decréscimo entre períodos de (-) 221.511 euros na rubrica de outras aquisições de bens, o equivalente a (-) 26,47% face a 2024, com a diminuição da despesa relacionada com limpeza e higiene, alimentação, vestuário e material de escritório, que ascendeu a (-) 164.763 euros, o equivalente a (-) 29,32% face ao período anterior e com a diminuição com a aquisição de matérias-primas e subsidiárias, no montante de (-) 91.645 euros, o equivalente a (-) 11,82% face ao período anterior. Em sentido contrário, verificou-se o acréscimo de (+) 311.842 euros na rubrica de combustíveis e lubrificantes, o equivalente a (+) 22,25% face a 2024.

Nas rubricas de aquisição de serviços, houve aumentos na despesa com outras aquisições de serviços, no montante de (+) 1.614.611 euros, o equivalente a (+) 28,92% face a 2024, na rubrica de transportes, cuja variação entre os períodos em análise ascendeu a (+) 93.991 euros, o equivalente a (+) 11,58%, na rubrica de estudos, pareceres, projetos e consultadoria, no montante de (+) 48.159 euros e na rubrica de conservação de bens, cuja variação ascendeu a (+) 36.169 euros. Em sentido inverso,

verifica-se uma diminuição da despesa em 2025 face a 2024 na rubrica de outros trabalhos especializados e na rubrica de encargos das instalações, de respetivamente, (-) 393.248 euros e (-) 286.243 euros, o equivalente a (-) 6,99% e (-) 8,12% face à execução do ano anterior.

Por último, apresenta-se o detalhe da evolução da despesa com transferências correntes (valores em euros):

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
	2024	2025		Variação
	Execução	Execução	%	2024/2025
Administração local	3 808 137	3 579 475	54,02%	-6,00%
Freguesias	1 072 551	1 087 309	16,41%	1,38%
Associações de municípios	241 583	318 092	4,80%	31,67%
Outros	2 494 004	2 174 074	32,81%	-12,83%
Instituições sem fins lucrativos	1 489 948	2 543 149	38,38%	70,69%
Famílias	476 264	504 030	7,61%	5,83%
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 774 349	6 626 654	100,00%	14,76%

O total da despesa com transferências correntes em 2025 ascendeu a 6.626.654 euros, (+) 852.305 euros que no período homólogo anterior, o equivalente a (+) 14,76%. Para este aumento, contribuíram os acréscimos da despesa com transferências correntes efetuadas a instituições sem fins lucrativos no montante de (+) 1.053.201 euros, o equivalente a (+) 70,69% face ao período homólogo anterior, e os acréscimos com as transferências para famílias, no montante de (+) 27.766 euros, o equivalente a (+) 5,83%.

As transferências para a administração local registarem, em termos globais, um decréscimo de (-) 228.662, o equivalente a (-) 6% face a 2024.

4 ANÁLISE DA DÍVIDA

Tendo presente a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), republicada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual, adiante designada por RFALEI e em vigor durante o exercício em análise, importa ter presente o estabelecido no nº 2, do artigo 52º que a **Dívida Total de Operações Orçamentais** do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O disposto no nº 1, do artigo 54º estabelece que, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídas, entre outras, as seguintes entidades:

- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19º e 51º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 8º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelas Leis nºs 75-A/2014, de 30 de setembro, e 42/2016, de 28 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio contas previstas no artigo 40º daquela lei.

Determina, ainda, o nº 4 que para efeitos de apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como o das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que **esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores**.

É importante notar que as entidades referidas no primeiro ponto relevam sempre para o cálculo da Dívida Total de Operações Orçamentais do Município independentemente de cumprirem as regras de equilíbrio, mais concretamente independentemente do resultado líquido antes de impostos se encontrar positivo conforme disposto no artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, o que não se aplica às

entidades referidas no segundo ponto que apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas ali previstas.

De ressaltar que nas entidades participadas que apliquem o SNC-AP, o Cálculo da Dívida Total de Operações Orçamentais é idêntico ao utilizado para o Município, pelo que a contribuição será determinada pelo valor apurado multiplicado pela participação do Município na respetiva entidade, sendo que nas entidades que não utilizem o SNC-AP e não disponham dos mapas de operações de tesouraria e de contas ordens o apuramento será efetuado por analogia ao previsto para os Municípios.

No que concerne ao limite da Dívida Total, estabelece o nº 1, do artigo 52º, do RFALEI que a Dívida Total de Operações Orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

Nestes termos e tendo em conta os valores da receita corrente líquida cobrada nos anos de 2022 a 2024, o limite para o ano de 2025 importa em **88.262.270,12 €**, conforme se apresenta de seguida. A receita corrente líquida cobrada no que confere ao ano 2024 engloba a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes (SMAS de Paredes), sendo que, por forma a não se verificar uma duplicação da receita corrente, foram expurgadas do apuramento a receita corrente líquida cobrada pelos SMAS de Paredes ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município aos SMAS de Paredes.

Não obstante aquele limite, importa notar que o nº 3 do artigo 52º dispõe na alínea b) que sempre que um Município cumpra o limite previsto no nº 1, **só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.**

Por sua vez, a Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro, que introduziu uma alteração à Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, veio prever no nº 1, do artigo 144º um regime excecional e temporário aplicável à margem de endividamento acima referida, nomeadamente **aumentando-a para 40%.**

Deste modo, e tendo em conta que a dívida total do Município em 2024 se encontrava abaixo do limite previsto para aquele ano, ao abrigo do nº 1, do artigo 52º o Município poderia aumentar no decurso de 2025 o valor correspondente até 40% da margem disponível no início deste exercício.

4.1. Dívida Total Municipal

Limite nos termos do nº 1, do artigo 52º do RFALEI

Receita Corrente Líquida 2022	Receita Corrente Líquida 2023	Receita Corrente Líquida 2024	Média (2022 a 2024)	Limite (2025) = 1,5 * Média (2022 a 2024)
50 870 889,53	56 926 083,36	68 727 567,34	58 841 513,41	88 262 270,12

Unidade: euros

Para o apuramento da Receita Corrente Líquida (RCL) Cobrada em 2024 foi tida em conta a RCL Cobrada pelo Município (61.123.939,83 €) acrescida da RCL Cobrada pelos SMAS de Paredes (8.318.807,56 €) deduzida da RCL Cobrada pelos SMAS de Paredes ao Município (715.180,05 €).

Pela análise do quadro seguinte, é possível constatar que a Dívida Total do Município atingiu o montante de 51.258.952,14€, registando-se em valor inferior ao apurado no final do exercício de 2024 e, inclusivamente, à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores à gerência em análise

Desta forma, o Município cumpriu o limite previsto no nº 1 do artigo 52º do RFALEI, quer na Margem Utilizável correspondente aos 20% quer aos 40% no início do exercício que ascendiam a 60.216.510,67 € e a 67.227.950,53 €, respetivamente.

APURAMENTO DE DÍVIDA TOTAL - LEI nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

CONTA PATRIMONIAL SNC-AP	DESCRIÇÃO SNC-AP	31-12-2025
22.1.1.01	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses	749 077,69
22.1.1.03	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - Contratos Futuros	0,00
22.1.2.03	Fornecedores c/c - exigível a mais de 12 meses - Contratos Futuros	0,00
22.5.1	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	892 025,32
22.6	Fornecedores - sociedades de factoring - exigível até 12 meses	
25	Financiamentos Obtidos	50 062 029,83
24.2.1+24.2.2+24.2.9.1+24.2.9.3	Retenções de impostos sobre rendimentos	91 100,05
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	452 748,08
24.3	IVA a pagar	0,00
27.1.1.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	280 737,66
27.1.6	Fornecedores de investimentos - sociedades de factoring	0,00
27.1.1.1.2+27.1.1.2.2	Fornecedores de investimento - Acordos/Contratos Futuros	0,00
27.1.2.1	Fornecedores de investimentos - Faturas em receção e conferência	773 413,64
27.8.9.2.9.1.3.1	Associações de Municípios	0,00
	Credores de Transferências para as Autarquias Locais	1 755 875,59
20.2.1+20.2.2	Administração Local/Estado	554 309,10
20.2.9.1.1+20.2.9.1.2+20.2.9.1.9	Instituições particulares/Instituições de crédito/Outros	1 194 545,10
20.2.9.1.3	Famílias	7 021,39
20.2.4.1.1.1.1+20.2.4.9.9+20.2.4.9.1+27.8.5.1+27.8.5.2+27.8.5.3.1+27.8.5.3.9.1+27.8.9.2.9.2+27.8.9.2.9.1.9	FEDER/Outros credores	1 156 301,86
27.6.9	Adiantamento por conta de vendas	834 996,54
DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO (1)		57 048 306,26
Contributo das entidades nos termos do artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (2) (considerando a informação disponibilizada ao Município até à data)		145 035,78
COMPONENTE DE DÍVIDA EXCLUÍDA (3) nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o artigo 2º, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto		5 934 389,90
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL (1) + (2) - (3)		51 258 952,14

Unidade: euros

Na perspetiva do Balanço, podemos constatar que o montante da Dívida Total do Município resulta das rubricas do Passivo deduzidas das contas patrimoniais que se excluem do respetivo cálculo, nomeadamente as correspondentes ao Fundo de Apoio Municipal, empréstimos excluídos da Dívida Total, Diferimentos – Rendimentos a reconhecer, Credores por Acréscimos de Gastos, Provisões e Operações de Tesouraria, como de resto se constata no quadro seguinte:

PASSIVO	31-12-2025
Passivo não Corrente	67 570 138,69
Passivo Corrente	22 588 795,98
Rubricas do Passivo - Total (A)	90 158 934,67
DÍVIDA EXCLUÍDA	31-12-2025
Fundo de Apoio Municipal - Conta 27.5.1	0,00
Empréstimos BEI e Outros Excluídos - Contas 25112112+25112212	5 934 389,90
Diferimentos - Rendimentos a reconhecer - Conta 28.2	22 596 480,86
Outras Contas a pagar - Credores por Acréscimo de Gastos conta 27.2.2	3 900 616,36
Provisões - Conta 29	2 797 852,67
Total de Operações de Tesouraria	3 815 678,52
Dívida Excluída - Total (B)	39 045 018,31
DÍVIDA TOTAL (A - B) - Total (C)	51 113 916,36
CONTRIBUTO DAS ENTIDADES	31-12-2025
Sociedade Ponto Verde, SA	69 255,67
Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira, Lda (Apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Sociedade Hidroelétrica do Norte (Apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Hospital da Misericórdia de Paredes, SA (Apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Carnagri - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega	79,38
Adega Cooperativa de Paredes (Não apresentaram as Contas do Exercício de 2025)	
Associação de Municípios do Vale do Sousa	3 078,38
Associação Nacional de Municípios Portugueses (Contributo para a dívida expurgado)	Não releva
Turismo Porto e Norte (Contributo para a dívida expurgado)	Não releva
Ader Sousa	1 359,45
Águas Douro & Paiva, SA	Não releva
Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	Não releva
Área Metropolitana do Porto	36 286,95
Agência de Energia do Porto	1 429,23
Município, SA (Apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes	33 546,72
Contributo das Entidades - Total (D)	145 035,78
DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL (C + D)	51 258 952,14

Unidade: euros

O montante da dívida total municipal, inclui 145.035,78 € correspondente ao contributo das entidades nas quais o Município detém participação.

CONTRIBUTO DAS ENTIDADES	31-12-2025
Sociedade Ponto Verde, SA	69 255,67
Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira, Lda (Não releva, porquanto apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Sociedade Hidroelétrica do Norte (Não releva, porquanto apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Hospital da Misericórdia de Paredes, SA (Não releva, porquanto apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Carnagri - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega	79,38
Adega Cooperativa de Paredes (Não apresentaram as Contas do Exercício de 2025)	
Associação de Municípios do Vale do Sousa	3 078,38
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não releva
Turismo Porto e Norte	Não releva
Ader Sousa	1 359,45
Águas Douro & Paiva, SA	Não releva
Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	Não releva
Área Metropolitana do Porto	36 286,95
Agência de Energia do Porto	1 429,23
Município, SA (Não releva, porquanto apresentou resultados antes de impostos positivos)	0,00
Associação ENNO (Sem atividade em 2025)	0,00
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes	33 546,72
TOTAL	145 035,78

Unidade: euros

É importante referir que, não obstante os deveres de informação a que as entidades se encontram sujeitas ao abrigo artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, o Município formalizou a 5 de março de 2026, através do ofício nº 2074, um pedido de elementos, definindo um prazo limite de entrega dos mesmos por forma a proceder, em tempo, à respetiva avaliação e incorporação no encerramento do exercício em análise.

Foram rececionados os documentos respeitantes ao encerramento de contas do exercício de 2025 de todas as empresas nas quais o Município detém participação, com exceção da Adega Cooperativa de Paredes que, pese embora as diligências junto das mesmas para que cumprissem com os deveres de informação, não enviaram a correspondente documentação até à data da concretização dos Documentos de Prestação de Contas.

No que respeita à Associação Nacional de Municípios Portugueses, não é de mais voltar a referir a comunicação da Direção Geral das Autarquias Locais de 5 de julho de 2018, mais concretamente da área “Helpdesk SIIAL” que referia o seguinte:

«(...) informa-se que nos apuramentos efetuados pela DGAL, referentes ao endividamento municipal, a contribuição da dívida da Associação Nacional de Municípios Portugueses, registada pelos municípios na aplicação SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, é expurgada do referido apuramento, uma vez que é entendimento desta Direção-Geral que a referida entidade não se enquadra no previsto no artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual».

Os documentos das entidades Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, Área Metropolitana do Porto e Agência de Energia do Porto foram apresentados como provisórios, já os da Sociedade Hidroelétrica do Norte, Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira, Sociedade Ponto Verde, SA, Carnagri, SA, Município, SA, Águas Douro & Paiva, SA, Simdouro – Saneamento do Grande Porto, SA, Associação de Municípios do Vale do Sousa, Ader Sousa e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes correspondem a documentos finais.

No montante a considerar, **145.035,78 €**, encontra-se o contributo de **69.255,67 €** da Sociedade Ponto Verde, SA, bem como o de **79,38 €** da Carnagri correspondente à proporção da respetiva participação social, num total de **69.335,05 €**, pois que as entidades apresentaram nas suas demonstrações financeiras o Resultado Líquido antes de impostos negativo. A este valor acrescem **75.700,73 €** correspondentes ao contributo da Associação de Municípios do Vale do Sousa, Ader Sousa, Área Metropolitana do Porto, Agência de Energia do Porto e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes, entidades estas que relevam sempre independentemente de cumprirem ou não com as regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

No quadro que se apresenta de seguida consta também a Associação “ENNO – Associação Energias do Norte”, constituída a 16 de maio de 2025, de conformidade com a aprovação pelos órgãos municipais em reunião e sessão realizadas em 12 e 27 de setembro, respetivamente. A constituição desta Comunidade Energética Renovável mereceu de resto o Visto do Tribunal de Contas em sessão diária de 9 de abril de 2025.

Durante o exercício de 2025, a entidade não teve qualquer atividade, pelo que não há qualquer contributo a considerar no apuramento da Dívida Total do Município.

Deste modo e para melhor perceção, apresenta-se o seguinte quadro resumo:

Entidade participada Denominação	Capital	Participação no final do exercício			Resultados antes de impostos	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal	Observações
		Valor nominal subscrito/Quota	%	Valor nominal realizado			
Sociedade Hidroelétrica do Norte	50 000,00	4 500,00	9,00	4 500,00	634 365,08	Não releva	DOCUMENTOS FINAIS
Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira	199 519,15	17 956,72	9,00	17 956,72	103 514,70	Não releva	DOCUMENTOS FINAIS
Sociedade Ponto Verde, SA	250 000,00	500,00	0,20	500,00	-6 295 895,00	69 255,67	DOCUMENTOS FINAIS
Hospital da Misericórdia de Paredes, SA	3 900 000,00	56 000,00	1,44	56 000,00	318 636,59	Não releva	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Carnagri – Mata-douro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA	6 600 000,00	55 300,00	0,84	55 300,00	-62 449,87	79,38	DOCUMENTOS FINAIS
Adega Cooperativa Paredes	718 780,00	5 000,00	0,70	5 000,00	Não cumpriu com os deveres de informação previstos na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual		
Município, SA	3 236 678,67	4 985,01	0,15	4 985,01	173 428,97	Não releva	DOCUMENTOS FINAIS
Águas Douro & Paiva, SA	20 902 500,00	319 725,00	1,53	319 725,00	Não releva		
Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	20 046 075,00	1 390 815,00	6,94	1 390 815,00	Não releva		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	...	5 931,01	0,39	5 931,01	Não releva		
Turismo Porto e Norte	1,16	...	Não releva		
AMVS - Associação Municípios Vale do Sousa	7 238 131,62	50 304,79	16,67	50 304,79	761 995,59	3 078,38	DOCUMENTOS FINAIS
Ader-Sousa	...	13 200,00	18,60	13 200,00	57 412,49	1 359,45	DOCUMENTOS FINAIS
Área Metropolitana do Porto	4 705 959,05	73 014,00	6,62	73 014,00	17 545 728,16	36 286,95	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
AdePorto	204 250,00	6 500,00	3,04	6 500,00	7 234,53	1 429,23	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Paredes	6 207 293,91	6 207 293,91	100,00	6 207 293,91	514 592,66	33 546,72	DOCUMENTOS FINAIS
ENNO	0,00	0,00	1,28	0,00	0,00	0,00	SEM ATIVIDADE
TOTAL DO CONTRIBUTO PARA O CÁLCULO DA DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL						145 035,78	

Unidade: euros

Ainda no que concerne à Dívida Total Municipal, importa ter presente algumas considerações sobre o montante em dívida na Conta Patrimonial 25 – Financiamentos Obtidos.

- Quanto à componente de **Empréstimos Bancários de Curto Prazo** (rubrica da despesa 1205), podemos constatar uma despesa paga no valor de 2.000.000 € correspondente ao empréstimo contraído e utilizado durante o exercício de 2025 e de resto totalmente amortizado no final do mesmo, cumprindo-se o pressuposto legal do recurso a esta tipologia de empréstimos.
- No que concerne à rubrica de **Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazos**, a dívida a 31 de dezembro de 2025 ascende a **50.062.029,83 €**, constatando-se uma diminuição no valor de 1.188.140,28 € comparativamente ao montante apurado no final de 2024.

Aquela diminuição resulta da diferença entre o montante das **amortizações ocorridas no exercício, num total de 3.373.343,35 €, e o valor total de 760.152,75 €** utilizado por conta do empréstimo para Aplicação em Investimentos até ao montante de 2.900.000,00 €, contraído em 2025 e que mereceu o correspondente Visto do Tribunal de Contas em sessão diária realizada a 21 de agosto de 2025, acrescido das utilizações por conta dos empréstimos contraídos no âmbito do “Programa de Recuperação e Resiliência” – Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis, **no montante total de 1.425.050,32 €**.

- 752.852,61 € – por conta do empréstimo destinado a financiar a realização do projeto designado por “Construção de 24 Fogos em Freguesia de Baltar – Paredes”;
- 672.197,71 € – por conta do empréstimo destinado a financiar a realização do projeto designado por “Construção de 18 Fogos em Freguesia de Mouriz – Paredes”.

De referir que estes últimos, nos termos do nº 2, do artigo 71º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (LOE para o ano 2024) não são considerados para efeito de apuramento da Dívida Total do Município referida no nº 1 do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, integrando, portanto, o valor global 5.934.389,90 € correspondente à componente da dívida excluída nos termos da alínea a), do nº 5, do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o artigo 2º da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto.

Deste modo, daquela diferença entre o total das amortizações e das utilizações ocorridas no exercício, 3.373.343,35 € e 2.185.203,07 €, respetivamente, resulta uma diminuição na componente de Empréstimos de Médio e Longo Prazos de 1.188.140,28 € comparativamente ao montante apurado no final de 2024.

Importa assinalar que da rubrica de **Empréstimos de Médio e Longo Prazo** fazem parte os empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento e cuja dívida totaliza no final da gerência em análise o montante de 22.010,01 €.

Para melhor perceção, discriminam-se de seguida no quadro resumo retirado do Mapa de Empréstimos Obtidos constante nos Documentos de Prestação de Contas:

MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS					
Caracterização do Empréstimo	Data de Contratação	Finalidade do Empréstimo	Capital		Dívida em 31 de dezembro
			Contratado	Utilizado	
Longo prazo					
Caixa Geral de Depósitos	20/10/2000	IIINVESTIMENTO - HABITAÇÃO SOCIAL	810 934,84	810 934,84	17 942,97
Caixa Geral de Depósitos	20/10/2000	IIINVESTIMENTO - HABITAÇÃO SOCIAL	163 112,90	163 112,90	4 067,04
TOTAL					22 010,01

Unidade: euros

Esta constatação é importante tendo em conta o preconizado no artigo 84º do RFALEI, pese embora o facto de não assumir a mesma relevância das gerências anteriores, particularmente da gerência de 2014, porquanto o Município registou um montante da Dívida Total a 31 de dezembro de 2025, 51.258.952,14 €, dentro o limite previsto no nº 1, artigo 52º, do RFALEI, i.e., encontra-se abaixo de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, que assume o valor de 88.262.270 €, como já referido anteriormente.

Comparativamente ao ano 2024, o Município reduziu o montante da Dívida Total, em 1.946.118,67 €, passando de 53.205.070,81 € para 51.258.952,14 €.

Fazer notar que ao montante da Dívida Total apurado à data de encerramento da Prestação de Contas de 2024, 53.179.181,97 €, foi acrescido o valor do contributo da Área Metropolitana do Porto, 25.888,84 €, uma vez que apresentaram as Contas em momento posterior àquele encerramento.

Nesta medida, a Dívida Total do Município apurada com reporte à Prestação de Contas de 2024 totalizou o valor de 53.205.070,81 €.

APURAMENTO DE DÍVIDA TOTAL - LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

Valores em euros

CONTA PATRIMONIAL SNC-AP	DESCRIÇÃO SNC-AP	31-12-2025	31-12-2024
22.1.1.01	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses	749 077,69	158 395,33
22.1.1.03	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - Contratos Futuros	0,00	53 026,22
22.1.2.03	Fornecedores c/c - exigível a mais de 12 meses - Contratos Futuros	0,00	0,00
22.5.1	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	892 025,32	1 449 239,33
22.6	Fornecedores - sociedades de factoring - exigível até 12 meses		
25	Financiamentos Obtidos	50 062 029,83	51 250 170,11
24.2.1+24.2.2+24.2.9.1+24.2.9.3	Retenções de impostos sobre rendimentos	91 100,05	77 231,59
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	452 748,08	133 296,52
24.3	IVA a pagar	0,00	0,00
27.1.1.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	280 737,66	1 134 963,78
27.1.6	Fornecedores de investimentos - sociedades de factoring	0,00	0,00
27.1.1.1.2+27.1.1.2.2	Fornecedores de investimento - Acordos/Contratos Futuros	0,00	38 341,02
27.1.2.1	Fornecedores de investimentos - Faturas em receção e conferência	773 413,64	322 267,20
27.8.9.2.9.1.3.1	Associações de Municípios	0,00	0,00
	Credores de Transferências para as Autarquias Locais	1 755 875,59	875 524,60
20.2.1+20.2.2	Administração Local/Estado	554 309,10	727 741,85
20.2.9.1.1+20.2.9.1.2+20.2.9.1.9	Instituições particulares/Instituições de crédito/Outros	1 194 545,10	146 067,11
20.2.9.1.3	Famílias	7 021,39	1 715,64
20.2.4.1.1.1.1+20.2.4.9.9+20.2.4.9.1+27.8.5.1+27.8.5.2+27.8.5.3.1+27.8.5.3.9.1+27.8.9.2.9.2+27.8.9.2.9.1.9	FEDER/Outros credores	1 156 301,86	615 942,80
27.6.9	Adiantamento por conta de vendas	834 996,54	1 736 582,90
DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO (1)		57 048 306,26	57 844 981,40
Contributo das entidades nos termos do artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (2) (considerando a informação disponibilizada ao Município até à data)		145 035,78	281 736,27
COMPONENTE DE DÍVIDA EXCLUÍDA (3) nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o artigo 2º, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto		5 934 389,90	4 921 646,86
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL (1) + (2) - (3)		51 258 952,14	53 205 070,81

Unidade: euros

Não obstante os inúmeros projetos que o Município tem desenvolvido e as diversas Delegações de Competências assumidas que traduzem de facto um acréscimo de custos nas mais diversas áreas, mantém-se a preocupação constante com a estabilidade financeira do Município e com a redução da Dívida Total e dos Pagamentos em Atraso, situação acompanhada no Ponto seguinte.

No quadro seguinte e para uma melhor perceção, é possível avaliar a evolução da Dívida Total do Município nos últimos três anos:

▪ **Período de 2023 a 2025:**

APURAMENTO DE DÍVIDA TOTAL - LEI nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL					
Valores em euros					
CONTA PATRIMONIAL SNC-AP	DESCRIÇÃO SNC-AP	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2023	
22.1.1.01	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses	749 077,69	158 395,33	2 486 385,16	
22.1.1.03	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - Contratos Futuros	0,00	53 026,22	110 336,51	
22.1.2.03	Fornecedores c/c - exigível a mais de 12 meses - Contratos Futuros	0,00	0,00	53 026,09	
22.5.1	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	892 025,32	1 449 239,33	1 145 368,18	
22.6	Fornecedores - sociedades de factoring - exigível até 12 meses				
25	Financiamentos Obtidos	50 062 029,83	51 250 170,11	51 135 753,52	
24.2.1+24.2.2+24.2.9.1+24.2.9.3	Retenções de impostos sobre rendimentos	91 100,05	77 231,59	86 645,29	
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	452 748,08	133 296,52	205 177,88	
24.3	IVA a pagar	0,00	0,00	0,00	
27.1.1.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	280 737,66	1 134 963,78	1 029 016,00	
27.1.6	Fornecedores de investimentos - sociedades de factoring	0,00	0,00	361 066,67	
27.1.1.1.2+27.1.1.2.2	Fornecedores de investimento - Acordos/Contratos Futuros	0,00	38 341,02	149 050,68	
27.1.2.1	Fornecedores de investimentos - Faturas em receção e conferência	773 413,64	322 267,20	361 166,41	
27.8.9.2.9.1.3.1	Associações de Municípios	0,00	0,00	23 700,00	
	Credores de Transferências para as Autarquias Locais	1 755 875,59	875 524,60	651 501,43	
20.2.1+20.2.2	Administração Local/Estado	554 309,10	727 741,85	426 035,50	
20.2.9.1.1+20.2.9.1.2+20.2.9.1.9	Instituições particulares/Instituições de crédito/Outros	1 194 545,10	146 067,11	220 711,56	
20.2.9.1.3	Famílias	7 021,39	1 715,64	4 754,37	
20.2.4.1.1.1+20.2.4.9.9+20.2.4.9.1+27.8.5.1+27.8.5.2+27.8.5.3.1+27.8.5.3.9.1+27.8.9.2.9.2+27.8.9.2.9.1.9	FEDER/Outros credores	1 156 301,86	615 942,80	918 097,67	
27.6.9	Adiantamento por conta de vendas	834 996,54	1 736 582,90	1 931 582,90	
DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO (1)		57 048 306,26	57 844 981,40	60 647 874,39	
Contributo das entidades nos termos do artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (2) (considerando a informação disponibilizada ao Município até à data)		145 035,78	281 736,27	665 161,73	
COMPONENTE DE DÍVIDA EXCLUÍDA (3) nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o artigo 2º, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto		5 934 389,90	4 921 646,86	4 542 821,83	
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL (1) + (2) - (3)		51 258 952,14	53 205 070,81	56 770 214,29	

Unidade: euros

Importa evidenciar que os serviços financeiros procederam à contabilização de todas as faturas que deram entrada no município no ano 2026, até à data de encerramento, cuja data de emissão respeita a 2025 e consideraram, no estrito cumprimento dos princípios contabilísticos, aquando da especialização do exercício, os custos e proveitos diferidos, bem como os acréscimos de custos e proveitos.

Da mesma forma foram contabilizados para efeitos da Dívida Total os valores decorrentes de apoios concedidos pelo Município e de Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo, Contratos de Cooperação e Contratos Interadministrativos cujas propostas de pagamento foram remetidos aos serviços financeiros apenas no exercício de 2026, mas que comportam documentos de despesa apresentados com reporte ao exercício de 2025.

4.2. Outras Informações Relevantes

➤ Pagamentos em Atraso

Para além da informação analisada, importa ter presente o artigo 129º da LOE para 2025 que estabelece as regras de redução dos Pagamentos em Atraso a registar no ano de 2025, determinando o nº 1 que «*Até ao final de 2025, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no SIIAL à data de setembro de 2024, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local criado pela Lei nº 43/2012, de 28 de agosto*».

Face ao exposto e tendo em conta os montantes evidenciados no quadro seguinte, podemos constatar que o Município de Paredes cumpriu a obrigatoriedade de redução prevista, **porquanto não registou quaisquer Pagamentos em Atraso no final da gerência em análise**, cumprindo aquele que era o limite previsto para o final do ano 2025 e que correspondia a 969.778,06 €.

É importante reforçar que esta situação só foi possível pela continuidade da boa gestão das disponibilidades de tesouraria, realçando-se o **esforço em voltar a terminar o ano, à semelhança do registado no final do exercício de 2024, sem quaisquer Pagamentos em Atraso**, mantendo total preocupação com a respetiva estabilização.

PA registados no SIIAL em setembro 2024	Montante máximo a registar em dezembro de 2025	PA registados no SIIAL em dezembro 2025
1 077 531,18	969 778,06	0,00

Unidade: euros

➤ Prazo Médio de Pagamentos

No que respeita ao PMP referir que a fórmula cálculo consubstancia-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009, do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no Diário da República n.º 71, 2.ª série.

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

Sendo:

DF - Dívida de curto prazo a fornecedores de aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital no trimestre;

A - Aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

A implementação do SNC-AP, por parte dos municípios, a partir de 1 de janeiro de 2020, implicou a necessidade de ajustamento da metodologia de apuramento do indicador PMP. Para o respetivo cálculo trimestral, tem-se em consideração o seguinte:

Dívida de curto prazo a fornecedores (DF)	
Contas - classificação patrimonial do SNC-AP	Observações
22 – Fornecedores	Total das contas 22.1.1, 22.2, 22.5 e 22.6.1 - Saldos credores acumulados
27.1 – Fornecedores de investimentos	Total das contas 27.1.1.1, 27.1.2 e 27.1.6.1 - Saldos credores acumulados
27.8.9.2.9.1.9 - Outros credores - Outras entidades	Saldo credor acumulado.

Aquisições de bens e serviços (A)	
Contas - classificação patrimonial do SNC-AP	Observações
31 – Compras	Movimentos trimestrais a débito. Não se considera o débito das contas 31.7 e 31.8, somente os créditos.
62 – Fornecimentos e serviços externos	Saldo devedor trimestral
43.0 a 43.7 – Ativos fixos tangíveis	Considera-se apenas os movimentos a débito do próprio trimestre, isto é, os incrementos de imobilizado durante o trimestre.
45.3 – Ativos fixos tangíveis em curso	Total da conta 45.3

Pelo exposto, referir que o Município registou no final de 2025 um PMP de 21 dias, abaixo do registado em 2024 que correspondeu a 38 dias.

➤ **Acordos de Pagamento**

De acordo com o estabelecido no nº 3, do artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação, juntamente com os documentos de prestação de contas, o Município procedeu à inclusão, no capítulo próprio respeitante aos “Outros Anexos”, da informação respeitante aos Acordos de Pagamento em vigor no final do exercício de 2025.

➤ **Declaração de Compromissos Plurianuais e Pagamentos e Recebimentos em Atraso**

Dando cumprimento ao disposto no nº 3, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, o Município procedeu à inclusão, no capítulo próprio respeitante aos “Outros Anexos”, da Declaração de Compromissos Plurianuais e Pagamentos e Recebimentos em Atraso, declaração já de resto presente aos órgãos municipais e publicitada no sítio da internet do Município conforme definido nos nºs 1 a 3 daquele artigo.

Não é de mais voltar a destacar que, pese embora o Município se encontre excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não deixou este executivo de demonstrar qual a respetiva situação do Município à data de 31 de dezembro de 2025 no que concerne aos Compromissos Plurianuais e aos Pagamentos e Recebimentos em Atraso.

Por último, reforçar a continuidade da preocupação com uma **gestão transparente, rigorosa, eficiente e eficaz** e que sempre constitui e continuará a constituir um dos princípios orientadores que estará sempre subjacente na definição das prioridades deste executivo. Só com esta boa gestão, muitas vezes dificultada pelo atraso nos pagamentos das participações de projetos financiados e em que de facto o Município, na sua maioria, recebe apenas após a realização dos respetivos pagamentos e não pela apresentação das correspondentes faturas, foi possível **não registar quaisquer Pagamentos em Atraso no final do ano de 2025 e cumprir o limite da Dívida Total, registando, inclusivamente, uma diminuição face ao valor apurado no exercício de 2024.**

5 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste capítulo é apresentada uma breve análise económica e financeira. A estrutura e evolução da demonstração de resultados entre 2024 e 2025 pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Rubricas	2025	2024	Variação 2024/2025	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	21 086 579	18 582 281	2 504 299	13,48%
Prestações de serviços e concessões	8 019 188	7 612 257	406 931	5,35%
Transferências e subsídios correntes obtidos	37 894 535	35 304 791	2 589 744	7,34%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas	530 319	865 029	-334 710	-38,69%
Trabalhos para a própria entidade	969 779	1 428 629	-458 851	-32,12%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-763 369	-659 619	-103 750	15,73%
Fornecimentos e serviços externos	-19 668 217	-17 097 071	-2 571 146	15,04%
Gastos com pessoal	-24 580 094	-23 062 307	-1 517 788	6,58%
Transferências e subsídios concedidos	-9 581 401	-7 208 323	-2 373 078	32,92%
Prestações sociais	-230 703	-205 038	-25 665	12,52%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-52 728	-56 028	3 300	-5,89%
Provisões (aumentos/reduções)	559 508	-291 363	850 871	-292,03%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis	-2 193	12 644	-14 837	-117,34%
Outros rendimentos	4 468 421	2 944 409	1 524 012	51,76%
Outros gastos	-822 428	-684 346	-138 081	20,18%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	17 827 197	17 485 946	341 251	1,95%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-12 646 514	-12 359 139	-287 375	2,33%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 180 683	5 126 807	53 876	1,05%
Juros e rendimentos similares obtidos	3 395	2 212	1 183	53,49%
Juros e gastos similares suportados	-1 733 761	-2 512 030	778 269	-30,98%
Resultado antes de impostos	3 450 318	2 616 989	833 329	31,84%
Resultado líquido	3 450 318	2 616 989	833 329	31,84%

A demonstração de resultados de 2025 evidencia um resultado líquido do exercício positivo que ascende a (+) 3.450.318 euros, superior em (+) 833.329 euros face ao período homólogo anterior. Este aumento de resultados comporta variações positivas e negativas em resultados, essencialmente relacionadas com o seguinte:

No que se refere aos rendimentos:

- Aumento de (+) 2.504.299 euros na rubrica de Impostos, Contribuições e Taxas, o equivalente a (+) 13,48%, relacionados essencialmente com os seguintes itens (valores em euros):

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS	2025	2024	Variação	%
IMI	6 884 254	6 617 315	266 939	4,0%
IMT	6 543 362	4 475 665	2 067 697	46,2%
Famílias	2 939 547	2 794 837	144 710	5,2%
Derrama	2 604 056	2 824 619	-220 563	-7,8%
Loteamentos e obras	1 432 473	1 276 089	156 384	12,3%
Juros de mora	56 462	58 134	-1 672	-2,9%
Outras	626 425	535 621	90 803	17,0%
Total	21 086 579	18 582 281	2 504 299	13,5%

- Aumento dos rendimentos relacionados com transferências e subsídios correntes, no montante de (+) 2.589.744 euros, o equivalente a (+) 7,3%. Para este aumento, e à semelhança de 2024, continuou a ser determinante a contribuição das transferências relacionadas com a Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais, tendo o Município reconhecido rendimentos para a Educação, Saúde e Ação Social, respetivamente, no valor de 9.317.471 euros, 1.445.791 euros e 749.115 euros, num total de 11.512.377 euros no exercício de 2025, valor superior ao reconhecido em 2024, cujo valor de transferências para estas três áreas ascendeu a 11.197.334 euros. O detalhe das variações pode ser apresentado da seguinte forma (valores em euros):

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS	2025	2024	Variação	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	15 437 792	14 950 959	486 833	3,3%
Educação	9 317 471	9 058 351	259 120	2,9%
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	3 147 539	2 008 232	1 139 307	56,7%
Participação no IRS	3 132 755	3 152 421	-19 666	-0,6%
Fundo Social Municipal (FSM)	2 708 708	2 416 967	291 741	12,1%
Saúde	1 445 791	1 391 400	54 391	3,9%
Ação Social	749 115	747 583	1 532	0,2%
Outras	612 001	725 464	-113 463	-15,6%
Participação do IVA	604 291	301 384	302 907	100,5%
Segurança Social	348 718	245 678	103 040	41,9%
FEDER	259 458	121 187	138 271	114,1%
Outras	130 896	185 164	-54 269	-29,3%
Total	37 894 535	35 304 791	2 589 744	7,3%

- Aumento das Prestações de Serviços entre períodos, no valor de (+) 406.931 euros, o equivalente a (+) 5,35%. Para este aumento contribuiu de forma significativa a variação relacionada com rendimentos de resíduos sólidos urbanos, que ascendeu a (+) 312.043 euros, o equivalente a (+) 7,6% face a 2024;
- Aumento dos juros obtidos face ao período anterior, no montante de (+) 1.183 euros;

- Diminuição na rubrica de Trabalhos para a Própria Entidade, no montante de (-) 458.851 euros, o equivalente a (-) 32,12% face a 2024;
- Aumento na rubrica de Outros Rendimentos, no montante de (+) 1.524.012 euros, o equivalente a (+) 51,76% face a 2024;
- Diminuição dos rendimentos conexos com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) às participadas, incluindo os SMAS de Paredes, constituídos em 2023 e que contribuíram para os rendimentos imputados a entidades controladas no valor de 514.593 euros. A variação destes rendimentos entre períodos ascendeu a (-) 334.710 euros, o equivalente a (-) 38,69% face a 2024;
- Reduções de provisões, que em termos líquidos ascenderam a 559.508 euros, com uma variação significativa na rubrica de (+) 850.871 euros, dado que em 2024 houve o reforço de provisões no montante líquido de 291.363 euros.

No que se refere aos gastos:

- Aumento de gastos com fornecimentos e serviços externos, no montante de (+) 2.571.146 euros, o equivalente a (+) 15,04% face a 2024. O detalhe da evolução destes gastos pode ser apresentado da seguinte forma (valores em euros):

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2025	2024	Variação	%
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos	3 496 775	2 774 849	721 926	26,0%
Serviços de alojamento e de restauração	2 568 334	2 197 334	371 000	16,9%
Eletricidade	2 340 322	2 466 755	-126433	-5,1%
Outros trabalhos especializados	1 747 804	1 858 616	-110812	-6,0%
Outros serviços	1 625 533	1 089 122	536 411	49,3%
Combustíveis e lubrificantes	1 387 097	1 276 139	110 958	8,7%
Serviços de transporte	960 001	810 913	149 088	18,4%
Água	706 916	598 000	108 916	18,2%
Outros subcontratos ou concessões	628 807	257 719	371 088	144,0%
Conservação e reparação de ativos fixos	598 577	426 828	171 749	40,2%
Rendas e alugueres	564 840	441 265	123 574	28,0%
Publicidade, comunicação e imagem	442 788	360 497	82 292	22,8%
De cobrança de impostos e taxas	439 780	396 523	43 256	10,9%
Material de educação, cultura e recreio	338 126	307 321	30 805	10,0%
Vigilância e segurança	329 260	378 676	-49416	-13,0%
Comunicação	176 655	159 079	17 576	11,0%
Seguros	174 072	151 822	22 249	14,7%
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	162 929	91 638	71 291	77,8%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos	152 330	189 644	-37314	-19,7%
Outros	827 271	864 329	-37058	-4,3%
Total	19 668 217	17 097 071	2 571 146	15,0%

- Aumento de gastos relacionados com o pessoal, no montante de (+) 1.517.788 euros, o equivalente a (+) 6,58% face a 2024, resultado justificado pelo aumento das competências atribuídas ao Município de Paredes e dos aumentos salariais;
- Aumento das transferências e subsídios concedidos no montante de (+) 2.373.078 euros, cerca de (+) 32,92% face a 2024;
- Aumento na rubrica de outros gastos, que ascendeu a (+) 138.081 euros, o equivalente a (+) 20,18% face a 2024;
- Aumento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas entre períodos no valor de (+) 103.750 euros, o equivalente a (+) 15,73%;
- Aumento do gasto com prestações sociais, no valor de (+) 25.665 euros, o equivalente a (+) 12,52%;
- Diminuição dos gastos com juros no montante de (-) 778.269 euros face a 2024, o equivalente a (-) 30,98%;
- Diminuição dos gastos não desembolsáveis relacionados com imparidades de dívidas a receber no montante de (-) 3.300 euros, o equivalente a (-) 5,89%; e
- Variação em imparidades de investimentos não depreciables, que ascendeu a (-) 14.837 euros, entre períodos.

Os gastos relacionados com depreciações e amortizações aumentaram entre períodos, (+) 287.375 euros, o equivalente a (+) 2,33% face a 2024.

Se considerarmos a atividade corrente municipal como aquela que gera rendimentos através de impostos, contribuições e taxas, prestações de serviços, transferências e subsídios obtidos e trabalhos para a própria entidade, e aquela que tem gastos de funcionamento relacionados com o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, transferências e subsídios concedidos e gastos com prestações sociais, os resultados da atividade municipal podem ser apresentados da seguinte forma (valores em euros):

ANÁLISE DA ATIVIDADE

Rubricas	2025	2024	Variação 2024/2025	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	21 086 579	18 582 281	2 504 299	13,48%
Prestações de serviços e concessões	8 019 188	7 612 257	406 931	5,35%
Transferências e subsídios correntes obtidos	37 894 535	35 304 791	2 589 744	7,34%
Trabalhos para a própria entidade	969 779	1 428 629	-458 851	-32,12%
Total dos Rendimentos da Atividade Corrente Municipal	67 970 081	62 927 958	5 042 123	8,01%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-763 369	-659 619	-103 750	15,73%
Fornecimentos e serviços externos	-19 668 217	-17 097 071	-2 571 146	15,04%
Gastos com pessoal	-24 580 094	-23 062 307	-1 517 788	6,58%
Transferências e subsídios concedidos	-9 581 401	-7 208 323	-2 373 078	32,92%
Prestações sociais	-230 703	-205 038	-25 665	12,52%
Total dos Gastos da Atividade Corrente Municipal	-54 823 783	-48 232 357	-6 591 426	13,67%
RESULTADOS DA ATIVIDADE CORRENTE	13 146 298	14 695 601	-1 549 303	-10,54%

Conforme se pode verificar pelo quadro supra apresentado, os rendimentos da atividade aumentaram 8,01% face a 2024 e os gastos aumentaram 13,67% face ao mesmo período. Os resultados da atividade corrente ascenderam a 13.146.298 euros, (-) 1.549.303 euros que no período homólogo anterior, o equivalente a (-) 10,54%.

A percentagem de cada um dos gastos pelo total dos rendimentos da atividade corrente municipal, em cada um dos períodos apresentados é a seguinte:

PESO DOS GASTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DA ATIVIDADE

Rubricas	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1,12%	1,05%
Fornecimentos e serviços externos	28,94%	27,17%
Gastos com pessoal	36,16%	36,65%
Transferências e subsídios concedidos	14,10%	11,45%
Prestações sociais	0,34%	0,33%
Total dos Gastos da Atividade Corrente Municipal	80,66%	76,65%

Verifica-se que a maioria das rubricas não sofreu uma variação significativa (em termos de peso relativo sobre os rendimentos). Verifica-se igualmente que os gastos com a

atividade Corrente Municipal absorvem 80,66% do total dos rendimentos desta atividade em 2025, situação que se agudizou face ao período homólogo anterior.

Em termos financeiros é apresentado o Balanço e a sua estrutura em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (valores em euros):

BALANÇO

Rubricas	2025	2024	Variação 2024/2025	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente	280 057 582	271 881 683	8 175 899	3,0%
Ativos fixos tangíveis	268 803 232	261 128 664	7 674 568	2,9%
Propriedades de investimento	203 428	207 195	-3 767	-1,8%
Ativos intangíveis	140 658	81 089	59 569	73,5%
Participações financeiras	10 797 685	10 284 835	512 850	5,0%
Cientes, contribuintes e utentes	1 420	29 636	-28 216	-95,2%
Diferimentos	28 645	12 749	15 896	124,7%
Outros ativos financeiros	15	15	0	0,0%
Outras contas a receber	82 500	137 500	-55 000	-40,0%
Ativo corrente	28 371 083	24 971 903	3 399 180	13,6%
Inventários	30 319	80 794	-50 475	-62,5%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 825 833	4 264 548	-438 716	-10,3%
Cientes, contribuintes e utentes	396 108	380 077	16 030	4,2%
Estado e outros entes públicos	52 388	113 841	-61 453	-54,0%
Outras contas a receber	14 748 691	14 202 214	546 478	3,8%
Diferimentos	396 558	318 639	77 919	24,5%
Caixa e depósitos	8 921 186	5 611 790	3 309 395	59,0%
TOTAL DO ATIVO	308 428 665	296 853 586	11 575 079	3,9%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património / Capital	161 047 198	161 047 198	0	0,0%
Reservas	2 687 248	2 556 398	130 849	5,1%
Resultados transitados	-36 602 466	-39 420 010	2 817 545	-7,1%
Ajustamentos em ativos financeiros	450	0	450	
Outras variações no património líquido	87 686 983	79 437 808	8 249 175	10,4%
Resultado líquido do período	3 450 318	2 616 989	833 329	31,8%
Total do Património Líquido	218 269 730	206 238 382	12 031 348	5,8%

BALANÇO (CONT.)

Rubricas	2025	2024	Variação 2024/2025	
			Valor	%
Passivo não corrente	67 570 139	69 256 413	-1 686 275	-2,4%
Provisões	2 797 853	3 386 636	-588 783	-17,4%
Financiamentos obtidos	46 672 366	48 129 928	-1 457 562	-3,0%
Diferimentos	14 417 218	14 444 718	-27 500	-0,2%
Outras contas a pagar	3 682 702	3 295 132	387 571	11,8%
Passivo corrente	22 588 796	21 358 790	1 230 006	5,8%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 432 268	1 200 880	1 231 388	102,5%
Fornecedores	1 641 103	1 660 661	-19 558	-1,2%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	834 997	1 736 583	-901 586	-51,9%
Estado e outros entes públicos	543 870	210 550	333 320	158,3%
Financiamentos obtidos	3 389 664	3 120 242	269 422	8,6%
Fornecedores de investimentos	1 054 151	1 495 572	-441 421	-29,5%
Outras contas a pagar	4 513 480	4 659 224	-145 744	-3,1%
Diferimentos	8 179 263	7 275 078	904 185	12,4%
Total do passivo	90 158 935	90 615 204	-456 269	-0,5%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	308 428 665	296 853 586	11 575 079	3,9%

A análise apresentada do Balanço compara a posição financeira municipal a 31 de dezembro de 2025 com esta posição financeira em 31 de dezembro de 2024.

Conforme se pode verificar, em 2025, 90,8% do Ativo é constituído por Ativo Não Corrente, e deste, 95,98% está relacionado com Ativos Fixos Tangíveis. Este peso não difere significativamente daquele que é apresentado no balanço a 31 de dezembro de 2024. Já no que se refere ao Ativo Corrente, que representa no período em análise 9,2% do Ativo, 51,98% do mesmo é constituído por Outras Contas a Receber. Para esta rubrica, cujo valor corrente ascende em 2025 a 14.748.691 euros, contribui de forma relevante os valores relacionados com Devedores por Acréscimos de Rendimentos conexos aos impostos a receber em 2026, mas referentes ao exercício de 2025.

Do lado do Património Líquido e do Passivo, enquanto aquele representa 70,77% do Ativo em 2025, este representa 29,23% do Ativo, neste mesmo período.

Em termos de Passivo, registou-se uma redução do mesmo entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, que ascende a (-) 456.269 euros, o equivalente a (-) 0,5%.

Os principais indicadores económico-financeiros são apresentados no quadro seguinte:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2025	2024	Fórmula de Cálculo
Liquidez Geral	1,26	1,17	Ativo Corrente / Passivo Corrente
liquidez Reduzida	1,25	1,17	(Ativo Corrente - Inventários) / Passivo Corrente
Liquidez Imediata	0,39	0,26	Meios Financeiros Líquidos / Passivo Corrente
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	21	38	Valor DGAL
Rendibilidade Operacional da Atividade Municipal	7,62%	8,15%	Resultados Operacionais / Rendimentos da Atividade Corrente Municipal
Rendibilidade do Património Líquido	1,58%	1,27%	Resultados Líquidos / Património Líquido
Rendibilidade Operacional do Ativo	1,68%	1,73%	Resultados Operacionais / Ativo
Grau de Rotação do Ativo	0,22	0,21	Rendimentos da Atividade Corrente Municipal / Ativo
Autonomia Financeira	70,77%	69,47%	Património Líquido / Ativo
Solvabilidade	2,42	2,28	Património Líquido / Passivo
Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros	2,99	2,04	Resultados Operacionais / Gastos Financeiros
Endividamento	0,29	0,31	Passivo / Ativo

6 DA CONTABILIDADE DE GESTÃO

A Contabilidade de Gestão tem-se revelado um instrumento de gestão interna de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades um maior rigor na gestão de recursos à sua disposição, possibilitando a sua alocação de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica.

Possibilita avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e atestar o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem complementar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral e de cada unidade funcional em particular.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento, prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Após a implementação deste novo sistema de normalização contabilística, a cada ano o Município tem procurado aperfeiçoar as situações que ainda carecem de aperfeiçoamento decorrentes da transição de uma contabilidade meramente de custos para uma contabilidade mais abrangente, designadamente transpondo para um sistema de contabilidade de gestão. Conscientes de que há melhorias a introduzir para se conseguir a total implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão que, para além dos gastos e rendimentos por funções, possibilite obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos, o Município mantém preocupação com esta área, desenvolvendo processos e procedimentos de melhoria ano após ano.

Atualmente, para além dos Gastos por Funções também já é possível obter os Rendimentos por funções, podendo, ainda com algumas reservas pela necessidade de ajustamentos em cada uma das áreas, estabelecer-se a comparabilidade em cada uma das vertentes das atribuições municipais.

A contabilidade de gestão, da forma em que implementada, possibilita reportar gastos e rendimentos por funções que assentam numa classificação funcional, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo D.L nº 192/2015, de 11 de setembro e com base na NCP-27 “Contabilidade de Gestão” do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando obter informação

sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção: Funções gerais, sociais, económicas e outras funções na prossecução das suas atribuições.

Gastos por funções

Código	Descrição	Custos de 2025
1	Funções Gerais	13 997 153,48
11	Serviços gerais de administração pública	12 882 431,31
121	Proteção civil e luta contra incêndios	1 114 722,17
2	Funções Sociais	43 120 958,93
211	Ensino não superior	17 971 041,69
212	Serviços auxiliares de ensino	
22	Serviços individuais de saúde	1 308 635,66
232	Ação social	2 458 032,46
241	Habituação	421 723,62
242	Ordenamento do território	978 782,34
243	Saneamento e Águas Residuais	25,43
244	Abastecimento de Água	22 119,31
245	Resíduos Sólidos	5 978 551,87
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	2 795 721,20
251	Cultura	3 111 455,56
252	Desporto, Recreio e lazer	8 074 869,79
3	Funções Económicas	9 529 569,06
32	Indústria e energia	
331	Transportes rodoviários	9 216 526,77
341	Mercados e feiras	6 171,60
342	Turismo	184 515,82
35	Outras funções económicas	122 354,87
4	Outras funções	3 646 265,13
42	Transferência entre administrações	3 576 817,26
43	Diversas não especificadas	69 447,87
Total de custos por funções		70 293 946,60

Unidade: euros

Assim, de acordo com os dados do mapa de Gastos por funções, conclui-se que o peso das Funções Sociais corresponde a cerca de 61% do total dos gastos representando cerca de 43 milhões de euros. De destacar, que neste grupo a função que se mantém de maior relevância é a do Ensino não Superior, atingindo cerca de 17,9 milhões de euros, o que representa cerca de 42% desta área de intervenção.

É nesta componente das Funções Sociais que assumem maior importância os gastos relacionados com as Delegações de Competências nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde, com um total de cerca de 17,9 milhões de euros, 2,4 milhões de euros e 1,3

milhões de euros, respetivamente. No conjunto, estas três componentes representam cerca de 31% da totalidade dos custos por funções.

No que respeita às Funções Gerais, estas atingem cerca de 14 milhões de euros e representam aproximadamente 20% do valor total dos custos por funções, sendo que este grupo integra os órgãos de autarquia e os seus serviços de apoio, nomeadamente, a área administrativa, financeira, recursos humanos e jurídica.

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que representam cerca de 9,5 milhões de euros, aproximadamente 14% do total dos custos por funções, sendo que a rubrica dos transportes rodoviários totaliza cerca de 97% do total das despesas desta área de intervenção.

Estabelecendo uma análise comparativa com o ano 2024, temos:

Gastos por funções

Código	Descrição	Custos de 2025	Custos de 2024
1	Funções Gerais	13 997 153,48	13 683 183,05
11	Serviços gerais de administração pública	12 882 431,31	12 770 396,09
121	Proteção civil e luta contra incêndios	1 114 722,17	912 786,96
2	Funções Sociais	43 120 958,93	37 063 446,01
211	Ensino não superior	17 971 041,69	16 718 469,32
212	Serviços auxiliares de ensino		
22	Serviços individuais de saúde	1 308 635,66	1 149 877,43
232	Ação social	2 458 032,46	2 266 553,88
241	Habituação	421 723,62	397 295,52
242	Ordenamento do território	978 782,34	839 213,31
243	Saneamento e Águas Residuais	25,43	21,76
244	Abastecimento de Água	22 119,31	24 172,81
245	Resíduos Sólidos	5 978 551,87	5 290 518,23
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	2 795 721,20	2 548 938,93
251	Cultura	3 111 455,56	1 847 519,46
252	Desporto, Recreio e lazer	8 074 869,79	5 980 865,36
3	Funções Económicas	9 529 569,06	10 265 686,31
32	Indústria e energia		
331	Transportes rodoviários	9 216 526,77	10 014 677,60
341	Mercados e feiras	6 171,60	8 031,88
342	Turismo	184 515,82	133 969,93
35	Outras funções económicas	122 354,87	109 006,90
4	Outras funções	3 646 265,13	3 221 069,64
42	Transferência entre administrações	3 576 817,26	3 149 186,72
43	Diversas não especificadas	69 447,87	71 882,92
Total de custos por funções		70 293 946,60	64 233 385,01

Unidade: euros

De destacar, o aumento em todas as componentes relacionadas com as despesas no âmbito da Delegação de Competências, tendo-se registado um acréscimo de cerca de

1,2 milhões de euros, 191 mil euros e 158 mil euros, respetivamente nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde.

Comparativamente ao ano de 2024, constatamos um aumento global no total dos Custos por Funções de cerca de 6 milhões de euros justificado pelo aumento nas Funções Gerais, Funções Sociais e nas Outras Funções que registaram uma variação positiva de cerca de 313 mil euros, 6 milhões de euros e 425 mil euros, respetivamente, compensados, fundamentalmente, pela diminuição registada ao nível das Funções Económicas em cerca de 736 mil euros.

Os Gastos totais por funções cresceram de 64,2 milhões de euros para 70,2 milhões, o que originou um aumento total de aproximadamente 9,4% face ao ano de 2024 impulsionado, fundamentalmente, pela Proteção Civil e Luta contra Incêndios, Ensino não Superior, Serviços Individuais de Saúde, Ação Social, Resíduos Sólidos, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer e Transferências entre Administrações.

No quadro que se segue, é possível a comparação dos Gastos por funções ao longo dos últimos 4 anos, constando-se que a componente com maior expressividade é a das Funções Sociais, de resto associada às despesas, entre outras, no âmbito das Delegações de Competências nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde, às despesas com Resíduos Sólidos, Cultura e Desporto, Recreio e Lazer.

Evolução e média de gastos por funções nos últimos 4 anos

Código	Descrição	2025	2024	2023	2022	Média
1	Funções Gerais	13 997 153,48	13 683 183,05	13 656 224,01	12 443 647,47	13 445 052,00
2	Funções Sociais	43 120 958,93	37 063 446,01	35 225 621,98	31 233 469,55	36 660 874,12
3	Funções Económicas	9 529 569,06	10 265 686,31	10 569 996,63	11 161 420,06	10 381 668,02
4	Outras funções	3 646 265,13	3 221 069,64	2 463 811,18	2 981 999,22	3 078 286,29
Total de gastos por funções		70 293 946,60	64 233 385,01	61 915 653,80	57 820 536,30	63 565 880,43

Unidade: euros

Os Gastos por funções correspondem às contas patrimoniais da classe 6 e assumem o montante de 70.293.946,60 €, sendo o montante total de Rendimentos por funções, traduzindo as contas patrimoniais da classe 7, de 73.744.264,40 €, determinando um apuramento do Resultado Líquido positivo de 3.450.317,80 €.

No que concerne aos Rendimentos por funções, apresentamos de seguida o quadro com a correspondente indicação por tipologia, constatando-se o esforço do Município para solver os gastos nas áreas fundamentais referidas acima.

Poder-se-á verificar que as componentes dos Serviços Gerais da Administração Pública, Ensino não superior, Resíduos Sólidos e as Outras Funções são de facto as mais representativas, mantendo uma ocupação de cerca de 90% do total dos Rendimentos por Funções.

Resultados por funções

Código	Descrição	Rendimentos
1	Funções Gerais	22 353 294,64
11	Serviços gerais de administração pública	22 254 807,46
121	Proteção civil e luta contra incêndios	98 487,18
2	Funções Sociais	19 545 155,06
211	Ensino não superior	10 016 524,82
22	Serviços individuais de saúde	1 445 791,00
232	Ação social	1 097 833,08
241	Habituação	114 340,52
242	Ordenamento do território	1 432 472,64
243 e 244	Saneamento e Águas Residuais e Abastecimento de Água	
245	Resíduos Sólidos	4 433 038,30
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	20 326,43
251	Cultura	246 638,32
252	Desporto, Recreio e lazer	732 201,06
253	Outras atividades cívicas e religiosas	5 988,89
3	Funções Económicas	2 015 345,81
32	Indústria e energia	1 767 488,71
331	Transportes rodoviários	82 500,00
341	Mercados e feiras	141 984,76
342	Turismo	
35	Outras funções económicas	23 372,34
4	Outras funções	29 830 468,89
41	Operações da dívida autárquica	2 504,46
42	Transferência entre administrações	25 110 055,51
43	Diversas não especificadas	4 717 908,92
Total de rendimentos por funções		73 744 264,40

Unidade: euros

Estabelecendo uma análise comparativa com o ano 2024, temos:

Resultados por funções

Código	Descrição	Rendimentos 2025	Rendimentos 2024
1	Funções Gerais	22 353 294,64	19 222 188,47
11	Serviços gerais de administração pública	22 254 807,46	19 159 639,27
121	Proteção civil e luta contra incêndios	98 487,18	62 549,20
2	Funções Sociais	19 545 155,06	18 681 427,54
211	Ensino não superior	10 016 524,82	10 027 345,56
22	Serviços individuais de saúde	1 445 791,00	1 391 399,72
232	Ação social	1 097 833,08	993 261,02
241	Habituação	114 340,52	100 993,55
242	Ordenamento do território	1 432 472,64	1 276 532,13
243 e 244	Saneamento e Águas Residuais e Abastecimento de Água		
245	Resíduos Sólidos	4 433 038,30	4 120 994,89
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	20 326,43	19 994,54
251	Cultura	246 638,32	14 767,49
252	Desporto, Recreio e lazer	732 201,06	654 060,05
253	Outras atividades cívicas e religiosas	5 988,89	82 078,59
3	Funções Económicas	2 015 345,81	1 895 612,54
32	Indústria e energia	1 767 488,71	1 732 147,88
331	Transportes rodoviários	82 500,00	2 166,42
341	Mercados e feiras	141 984,76	141 742,14
342	Turismo		
35	Outras funções económicas	23 372,34	19 556,10
4	Outras funções	29 830 468,89	27 051 145,45
41	Operações da dívida autárquica	2 504,46	11,97
42	Transferência entre administrações	25 110 055,51	22 961 943,81
43	Diversas não especificadas	4 717 908,92	4 089 189,67
Total de rendimentos por funções		73 744 264,40	66 850 374,00

Unidade: euros

Desta análise comparativa, constatamos que as Funções Gerais, as Funções Sociais, as Funções Económicas e as Outras Funções registaram um aumento face ao ano de 2024 na ordem de 3.131.106 euros, 863.727 euros, 119.733 euros e 2.779.323 euros, respetivamente.

Comparando os Gastos por Funções com os respetivos Rendimentos, podemos verificar os respetivos Resultados por Funções no quadro que se apresenta de seguida e cujo montante global corresponde de resto ao Resultado Líquido apurado para o exercício de 2025.

Resultados por funções

Código	Descrição	Rendimentos	Gastos	Resultados por Funções
1	Funções Gerais	22 353 294,64	13 997 153,48	8 356 141,16
11	Serviços gerais de administração pública	22 254 807,46	12 882 431,31	9 372 376,15
121	Proteção civil e luta contra incêndios	98 487,18	1 114 722,17	-1 016 234,99
2	Funções Sociais	19 545 155,06	43 120 958,93	-23 575 803,87
211	Ensino não superior	10 016 524,82	17 971 041,69	-7 954 516,87
22	Serviços individuais de saúde	1 445 791,00	1 308 635,66	137 155,34
232	Ação social	1 097 833,08	2 458 032,46	-1 360 199,38
241	Habituação	114 340,52	421 723,62	-307 383,10
242	Ordenamento do território	1 432 472,64	978 782,34	453 690,30
243 e 244	Saneamento e Águas Residuais e Abastecimento de Água		22 144,74	-22 144,74
245	Resíduos Sólidos	4 433 038,30	5 978 551,87	-1 545 513,57
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	20 326,43	2 795 721,20	-2 775 394,77
251	Cultura	246 638,32	3 111 455,56	-2 864 817,24
252	Desporto, Recreio e lazer	732 201,06	8 074 869,79	-7 342 668,73
253	Outras atividades cívicas e religiosas	5 988,89		5 988,89
3	Funções Económicas	2 015 345,81	9 529 569,06	-7 514 223,25
32	Indústria e energia	1 767 488,71		1 767 488,71
331	Transportes rodoviários	82 500,00	9 216 526,77	-9 134 026,77
341	Mercados e feiras	141 984,76	6 171,60	135 813,16
342	Turismo		184 515,82	-184 515,82
35	Outras funções económicas	23 372,34	122 354,87	-98 982,53
4	Outras funções	29 830 468,89	3 646 265,13	26 184 203,76
41	Operações da dívida autárquica	2 504,46		2 504,46
42	Transferência entre administrações	25 110 055,51	3 576 817,26	21 533 238,25
43	Diversas não especificadas	4 717 908,92	69 447,87	4 648 461,05
Total de rendimentos por funções		73 744 264,40	70 293 946,60	3 450 317,80

Unidade: euros

Desta análise, poder-se-á concluir que os resultados negativos obtidos nas áreas das Funções Sociais e Económicas foram de resto compensados pelos positivos apurados nas Funções Gerais e Outras Funções.

Seguramente que no ano 2026, e a cada ano, registrar-se-á uma melhoria nesta área da Contabilidade de Gestão, procurando-se ajustar os mais diversos processos e procedimentos com vista à obtenção de melhores indicadores para uma análise de gestão mais precisa.

7 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Relatório de Gestão de Contas e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e respetivas Normas de Contabilidade Pública e com as instruções do Tribunal de Contas, retratando de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística do Município de Paredes.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo a 31 de dezembro de 2025 se apurou um resultado líquido do exercício positivo, no montante de (+) 3.450.317,80 euros, propõe-se:

- que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- que seja constituída uma reserva legal correspondente a 5% do resultado líquido do exercício, no valor de 172.515,89 euros;
- que o valor remanescente do resultado líquido do exercício seja transferido para resultados transitados, i.e. no montante de 3.277.801,91 euros.

Estabelece o Ponto 4.1 da Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas o seguinte:

«A ata da reunião de aprovação das contas do órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestações de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis».

Nestes termos, apresentam-se os seguintes elementos:

Balanco

Total do ativo: 308.428.665,16 euros

Total do património líquido/ capital próprio/ fundo social: 218.269.730,49 euros

Total passivo: 90.158.934,67 euros

Demonstração de Resultados (DR)

Total de Rendimentos: 73.744.264,40 euros

Total de Gastos: 70.293.946,60 euros

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

Total de Recebimentos (excluindo saldo de gerência anterior): 87.164.830,58 euros

Total de Pagamentos: 83.855.435,22 euros

Desempenho orçamental (DDO)

Total de Recebimentos de operações orçamentais: 86.137.309,85 euros

Total de Pagamentos de operações orçamentais: 83.242.904,49 euros

Total de recebimentos de operações de tesouraria: 1.027.520,73 euros

Total de pagamentos de operações de tesouraria: 612.530,73 euros

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

Saldo inicial de operações orçamentais: 2.211.101,68 euros

Saldo final de operações orçamentais: 5.105.507,04 euros

Saldo inicial de operações de tesouraria: 3.400.688,52 euros

Saldo final de operações de tesouraria: 3.815.678,52 euros

8 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após 31 dezembro de 2025 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro do Município de Paredes, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados.

Em resultado do processo de resgate da concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paredes, levado a cabo em 2022, o Município iniciou a atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Paredes no exercício de 2023. Em conformidade, serão oportunamente apresentadas contas consolidadas, referentes a este exercício.

À data deste relatório, continua a guerra iniciada a 24 de fevereiro de 2022 pela Federação Russa à Ucrânia, resultando daí impactos económicos que continuam a não ser possíveis de estimar à data deste relatório. Continua igualmente a guerra entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza com início em 7 de outubro de 2023. Acresce a guerra entre Israel/EUA e o Irão, que trouxe complexidade nas relações e forças geopolíticas, com impactos fortes ao nível dos preços por via da escassez de produtos petrolíferos. Estes impactos ao nível da variação dos preços dos fatores, continuarão a ser mitigados, na medida adequada, pelo Município de Paredes por forma a assegurar a sua atividade aos diferentes *stakeholders*. De igual forma, serão mitigados, dentro do possível, os impactos das políticas norte-americanas relativas às tarifas impostas e que estão a ditar um cenário de incerteza com impactos imprevisíveis aos mais variados níveis.

NOTA FINAL

Os documentos de prestação de contas retrata muito bem a situação económico financeira da autarquia no final do ano de 2025.

As contas do último ano do meu segundo como presidente da Câmara refletem, uma vez mais, uma **gestão rigorosa e eficiente dos dinheiros públicos** e uma preocupação constante de fazer os investimentos necessários para desenvolver o concelho, mas sempre com a preocupação de não aumentar a dívida municipal.

Apesar de 2025 ter sido o terceiro ano do Portugal 2030, foi o primeiro ano em que vimos candidaturas aprovadas e em que recebemos alguns reembolsos. Por essa razão, o ano de 2025 foi um ano de grande avanço sobretudo em obras com o apoio do PRR, tais como habitações sociais, habitações a rendas acessíveis e também a Construção do Museu do Mobiliário no Mosteiro de Vilela e do Museu Daniel Faria em Baltar.

Fruto das obras inúmeras obras realizadas, o Património Líquido do Município voltou a crescer em 8 milhões de euros.

O Município uma vez mais não regista pagamentos em atraso, e a dívida a empreiteiros no final de 2025 voltou a cair quase 500 mil euros, sendo de apenas 1 milhão de euros.

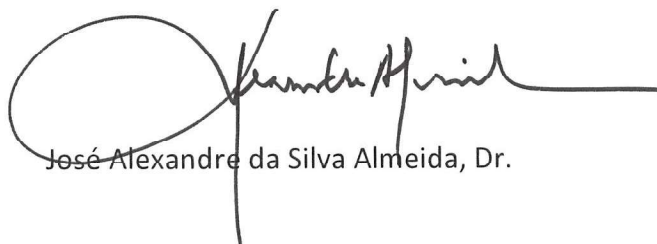
Apesar dos grandes investimentos realizados, o passivo da Câmara voltou a diminuir em meio milhão de euros, sendo no final de 2025 de 90,1 milhões de euros.

Para este desempenho, contribuiu um crescimento das Receitas Correntes superior ao crescimento das Despesas Correntes, o que revela a sustentabilidade da Câmara Municipal de Paredes, apesar de ter impostos como o IMI no mínimo legalmente permitido.

Em suma, estes Documentos de Prestação de Contas voltam a traduzir um enorme esforço de investimento, sempre com a preocupação de obter financiamentos comunitários e também um rigoroso controlo do crescimento das Despesas Correntes face ao crescimento das Receitas Correntes, para garantir um equilíbrio das contas e para nunca comprometer o desenvolvimento futuro do nosso Concelho.

Paredes, 20 de abril de 2026

O Presidente da Câmara



José Alexandre da Silva Almeida, Dr.